

Universidade Federal do Rio Grande – FURG  
Instituto de Oceanografia  
Programa de Pós Graduação em Gerenciamento Costeiro

CLARA DA ROSA PEREIRA

**A perspectiva histórica dos pescadores tradicionais sobre a Lagoa do Peixe: antes e depois da criação do Parque Nacional**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Rio Grande  
Setembro de 2013



**Dedico esta dissertação aos  
pescadores tradicionais do  
Parque Nacional da Lagoa do  
Peixe**

## **AGRADECIMENTOS**

Tanta coisa se transformou em mim ao longo desses 24 (mais pra 25) meses que seria impossível agradecer a todos que me auxiliaram nessa minha caminhada! Eu me transformei com essa experiência! Dessa forma agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho. Não é tarefa fácil incluir ou excluir dos agradecimentos as pessoas que me auxiliaram ou me dedicaram um tempo nessa jornada.

Então, começo agradecendo ao PPGC que, de forma “excepcional”, me acolheu, fornecendo as condições necessárias para a confecção deste trabalho. E, também, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo por fornecer a bolsa de mestrado.

Agradeço muito a todos os pescadores tradicionais do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, pela luta e exemplo de vida! Dedico esse trabalho à todos vocês!

Agradeço a equipe do ICMBio que me acolheu, dedicando um tempo do seu trabalho à essa pesquisa. Em especial ao Burgueño pela proposta de trabalho e auxílio no seu desenvolvimento. E ao Jordano pela dedicação e compreensão da proposta!

Muito obrigada a todos os professores e professoras e colegas, com quem tive a oportunidade de desfrutar momentos incríveis de conversas intelectuais ou não.

Agradeço a Professora e Amiga, Tatiana Walter pelo apoio, acolhimento, dedicação, oportunidades e confiança no meu trabalho. Muito obrigada mesmo, sem palavras!!

Ao Professor Milton Asmus, pelo excelente profissional, pelo acolhimento, carinho e confiança nesse trabalho!

Muito obrigada, Professora Lúcia Anello, por tudo que fizestes! É tanta ajuda e ensinamento que não vou conseguir descrever sem ser injusta!

Agradeço também aos meus queridos amigos, parceiros de LabGERCO, Christian, Charles e Caldeirão, com os quais dividi momentos de muita descontração – muita mesmo!

Aos colegas egressos do Programa que me acolheram muito bem e me introduziram no mundo do Gerenciamento Costeiro, por meio de churrascos, cafés no LabGERCO e discussões participativas e calorosas!

Aos colegas que estão cursando o Programa com os quais tive oportunidade de desfrutar momentos ótimos, trocar diversas experiências e muitas dicas!

Agradeço a Luceni e a Dani e a toda a equipe do Projeto da Cadeia Produtiva que me ajudaram demais, onde aprendo a cada dia! Valeu mesmo pessoal!

Aos meus amigos que me ajudaram nas horas difíceis: Vander, Felipe e Laura (me abandonou nos últimos instantes). Em tempo: Me incomodaram também por eu ter os abandonado – principalmente na parceria pra cervejinha, né Laurete?!

As minhas amadas amigas de todas as horas e de todo o meu coração, Lidiane, Luiane e Juliane e amados amigos Pablo e Diogo, que me ajudaram muitas vezes de longe, sempre me apoiando e me motivando – quase de forma autoritária – percorrer de forma qualitativa essa caminhada. Desculpem o abandono, mas eu amo vocês!

Ao meu namorado, acima de tudo companheiro e parceria, Marcelo, pelo apoio e acompanhamento nas minhas crises e surtos quase psicóticos. Pela compreensão e ajuda e pelos bons momentos! Valeu amore!

Agradeço a minha família pelo carinho, suporte, apoio, motivação, compreensão e exemplo na jornada da vida e na jornada acadêmica. A todos os meus amadinhos Mateus, Paula, Rodrigo, Joezele (Joziele Magnata), Cecília e Julio. E aos meus amores mais novos na família Sofia e Artur!

Rod, Jô e Sofia: Muito obrigada mesmo por me acolherem e me aturarem nos momentos tão difíceis e nos momentos tão descontraídos! Vocês são maravilhosos e viciantes!!

Em especial agradecimento as minhas “power” mães por serem essas pessoas maravilhosas. Obrigada pelos conflitos – sem eles eu não seria desse jeito (poderia ser melhor – ririri). Obrigada pelos exemplos de perseverança, de apoio, de trabalho e principalmente de como tudo é possível, mas temos que lutar muito e que nada é fácil! Sem contar todo o apoio que vocês me deram e me dão. Todas as sugestões, oportunidades e ensinamentos pra vida. O

exemplo de que nós podemos fazer a diferença ou vamos morrer tentando!  
Obrigada por essa formação turbulenta e desacomodante, um exemplo de  
educação para a autonomia! Vocês são meu exemplo de intelectuais  
orgânicas! Obrigada Deth e Lucia!

E quanto mais remo mais rezo  
Pra nunca mais se acabar  
Essa viagem que faz  
O mar em torno do mar  
Meu velho um dia falou  
Com seu jeito de avisar:  
- Olha, o mar não tem cabelos  
Que a gente possa agarrar  
Não sou eu quem me navega  
Quem me navega é o mar  
É ele quem me carrega  
Como nem fosse levar  
Timoneiro nunca fui  
Que eu não sou de velejar  
O leme da minha vida  
Deus é quem faz governar  
E quando alguém me pergunta  
Como se faz pra nadar  
Explico que eu não navego  
Quem me navega é o mar

***Paulinho da Viola - Timoneiro***

## RESUMO

Esta dissertação está contextualizada na região do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP) e tem por finalidade contribuir para o entendimento das causas de um conflito existente entre as comunidades pesqueiras do entorno da Lagoa do Peixe e o parque. Foram realizadas entrevistas com alguns pescadores tradicionais do PNL, a partir dos pressupostos da metodologia da História Oral, com o objetivo de contribuir na continuidade da atividade pesqueira tradicional no Parque, com vistas à compreensão da perspectiva dos pescadores sobre sua atividade no contexto de criação e desenvolvimento do mesmo. Da discussão do modelo de áreas protegidas no Brasil, encabeçada por Diegues, surgem alguns questionamentos que permeiam esse trabalho, tais como: **É possível a convivência entre a pesca artesanal/tradicional e a existência do Parque nesse modelo de conservação?** Sendo assim, essa questão acaba por suscitar outras duas: É necessária a erradicação da pesca para a conservação da biodiversidade na Lagoa do Peixe? E qual seria o melhor ordenamento e manejo dos recursos para a continuidade da pesca e do parque? A formulação dessas questões auxiliou no delineamento do tema e do universo da pesquisa, resultando no ajuste do foco da observação e na metodologia adotada. A partir disso, foram propostas, para mitigação do conflito entre os pescadores tradicionais e o PNL, oficinas participativas, baseado na metodologia, pactuada na educação popular, de Pereira.

## **ABSTRACT**

This study is concerned with the region of Lagoa do Peixe National Park (LPNP) and aims to contribute to the understanding of the causes of a conflict between local fishing communities and the Park. Interviews were conducted with some of the traditional fishermen in LPNP, using the methodology of oral history, aimed at contributing to the continuity of traditional fishing activity in the Park with a view to understanding the perspective of the fishermen on their activity within the creation and development of the Park. Drawing on the discussion of the model of protected areas in Brazil, headed by Diegues, a few questions permeated this work: Is the coexistence possible between the artisan/traditional fishing and the Park in this conservation model? This question turned out into other two: It is necessary to eradicate fishing for biodiversity conservation in Peixe Lagoon? And what would be the best resource planning and management for the continuity of both fishing and the Park? The formulation of these questions helped in the design and theme of the study and resulted in an adjustment of the observation focus and the methodology. Therefore, in order to mitigate the conflict between traditional fishermen and the LPNP, participatory workshops were proposed, based on Pereira's methodology, agreed in popular education.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS – O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP) e a pesquisa.....	13
OBJETIVOS.....	21
METODOLOGIA.....	21
Referencial metodológico.....	22
Descrição das atividades desenvolvidas.....	25
Março.....	26
Abril.....	27
Maio.....	28
Junho.....	28
Julho.....	28
Agosto.....	28
Considerações finais.....	29
CAPÍTULO 1 – O Parque Nacional da Lagoa do Peixe, os pescadores, a tradicionalidade e os elementos do conflito.....	30
O modelo brasileiro de Unidades de Conservação.....	31
Elementos da tradicionalidade da pesca artesanal.....	36
Caracterização dos pescadores cadastrados no PNLP.....	40
As comunidades pesqueiras.....	40
Caracterização dos pescadores e da pesca no PNLP.....	42
Acampamentos na Lagoa do Peixe.....	44
Escoamento do pescado.....	46
Conflito entre pescadores e PNLP.....	46
CAPÍTULO 2 – Senta que lá vem história: Perspectiva histórica dos Pescadores Tradicionais do PNLP.....	52
Senta que lá vem história.....	54

Antes da criação do PNL P .....	54
Abertura da Barra da Lagoa do Peixe antes da criação .....	64
Análise da criação e transição do PNL P .....	67
CAPÍTULO 3 – Uma proposta de mitigação participativa do conflito .....	77
Como seria uma proposta de mitigação participativa do conflito?.....	79
Possíveis saídas para os pescadores da Lagoa do Peixe .....	82
A proposição de oficinas participativas .....	86
Modelo de oficinas participativas.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	97
ANEXOS .....	99
Anexo 1 – Tabela de Atividades Março.....	100
Anexo 2 – Tabela de Atividades Abril.....	101
Anexo 3 – Tabela de Atividades Maio .....	102
Anexo 4 – Tabela de Atividades Junho .....	103
Anexo 5 – Tabela de Atividade Julho .....	104
Anexo 6 – Tabela de Atividades Agosto.....	105
Anexo 7 – Roteiro de entrevista: Representante dos pescadores no Fórum da Lagoa do Peixe: .....	106
Anexo 8 – Roteiro de Entrevista: Presidente da Colônia de Pescadores Z11	107
Anexo 9 – Roteiro de Entrevista: Pescadores cadastrados no PNL P .....	108

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS – O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PLNP) e a pesquisa

O PNLN foi criado em 06 de novembro de 1986, pelo Decreto nº 93.546, e está localizado no litoral do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Tavares e Mostardas. Os municípios de Mostardas e de Tavares têm, respectivamente, 30% e 80% de seus territórios ocupados pelo Parque. Localizado na faixa de terra existente entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, sua área total é de 334 km<sup>2</sup> e suas coordenadas geográficas são 31°10'S e 51°00'W, conforme a *Figura 1*.

**Figuras 1 – Parque Nacional da Lagoa do Peixe<sup>1</sup>**



O órgão gestor atual do PNLN é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental federal com atribuição de gerir parte da política ambiental, criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. Anteriormente, a gestão era de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão que implementou o Parque, sucessor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que o instituiu. O Plano de Manejo é datado

<sup>1</sup> Fonte figura 1: Amadeus Viagens e Turismo LTDA. 28 de agosto de 2013. Disponível em: [http://www.amadeusturismo.com.br/Parques/Parques\\_Nac/Lagoa\\_do\\_P.htm](http://www.amadeusturismo.com.br/Parques/Parques_Nac/Lagoa_do_P.htm)

de 1999 e foi criado em parceria entre IBAMA, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Núcleo de Estudos e Monitoramento Ambiental (NEMA) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com financiamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). A legislação que norteia o Parque é a do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Nessa região, onde se localiza atualmente essa unidade de conservação, é um local que, historicamente, se reproduzem comunidades tradicionais. Entre os municípios de Tavares e Mostardas existem comunidades quilombolas e açorianas, existindo sítios arqueológicos de comunidades indígenas no PNL e seu entorno. A história dos pescadores no Brasil está intimamente ligada aos grupos oprimidos da sociedade colonial, ou seja, negros africanos ou seus descendentes na condição de escravos ou ex-escravos e os índios (SILVA, 1988) – acrescentando os descendentes açorianos por sua característica pesqueira. Portanto, uma das atividades características e tradicionais da região é a pesca.

A pesca artesanal/tradicional na lagoa do Peixe é uma atividade que vem sendo desenvolvida desde as primeiras ocupações da região. A lagoa do Peixe, por suas características naturais e grande abundância de microrganismos, sustenta uma expressiva biomassa de crustáceos e peixes, muitos dos quais utilizam a lagoa como berçário, onde as larvas e juvenis se desenvolvem (PLANO DE MANEJO, 1999). Essas características conferem ao local um importante sítio para as aves migratórias, pois ali elas encontram oportunidade de descanso com grande disponibilidade de alimento. Esses aspectos levaram à criação do PNL em 1986. A importância deste sítio para aves migratórias é notável pela inclusão do Parque na lista de sítios Ramsar brasileiros e pela sua participação na rede de sítios de importância para a conservação de aves migratórias (WHSRN – Western Hemisphere Shorebird Reserve Network).

Na Lagoa do Peixe é realizada a pesca artesanal/tradicional por diversas famílias advindas tanto das comunidades quilombolas, quanto das comunidades açorianas da região. Essa atividade foi e ainda é marcada por conflitos diversos: alguns são inerentes à legislação pesqueira e outros advêm

da criação do PNL. Um parque nacional, por definição, não admite usos em seu território.

Para que a atividade pesqueira artesanal/tradicional pudesse continuar se desenvolvendo na Lagoa do Peixe, foi firmado um Acordo de Pesca em meados de 1993, com o objetivo de regulamentar e controlar essa atividade dentro do Parque. Esse acordo foi firmado entre os pescadores artesanais que utilizam a Lagoa do Peixe para sua subsistência e o órgão gestor do PNL. Tem como característica não ser permanente, ou seja, os pescadores estão “autorizados, provisória e excepcionalmente, a realizar a pesca do camarão-rosa” (BRASIL, 2013). O acordo de pesca pode ser revisto ou anulado pelo órgão gestor.

Para a continuidade da pesca na Lagoa do Peixe, foi criado um Cadastro de Pescadores, aberto para cadastramento de pescadores entre os anos 1993 e 2000 que é atualizado anualmente, sem a possibilidade de inclusão de novos pescadores, mas com a exclusão de antigos. Ou seja, os filhos ou esposas de pescadores que não se cadastraram na época não podem pescar na Lagoa do Peixe, mesmo se forem pescadores, pois não podem se cadastrar no Parque.

O desenvolvimento da pesca artesanal/tradicional por essa população tem como necessidade a abertura artificial da barra da lagoa do Peixe. O manejo ambiental da barra da lagoa do Peixe, forçando sua abertura por meio de ação mecânica vem sendo realizada há muitos anos, existindo relatos dos pescadores e moradores da região sobre os eventos em que a comunidade se unia e “abria a barra com pás”, demonstrando um sentimento comunitário. Registrar essa história por meio dos depoimentos dos mais velhos se constitui por si em grande valor para a comunidade de Mostardas e Tavares e para o PNL.

O processo de abertura da barra vem sendo realizado com a intervenção humana, aparentemente, pelo menos desde o século XIX, quando o naturalista francês August Saint Hilaire registrou esse fato ao visitar a Lagoa em 1820 (ALMUNDI, 2008). Atualmente, a abertura da barra é feita anualmente, porém com métodos talvez mais agressivos que os utilizados no passado. Se antes eram usados cavalos e enxadas, agora são utilizadas retroescavadeiras, as quais abrem um canal com cerca de dez metros de largura. O fechamento da

barra ocorre naturalmente após alguns meses com a deposição de areia na sua desembocadura por ação dos ventos. (ADOMILLI, 2002)

As consequências da abertura de barras de lagoas costeiras foram analisadas por alguns autores (SANTANGELO, 2002, GRIFFITHS, 1999), porém não existem dados conclusivos sobre os impactos em longo prazo desse procedimento. Adomili (2002) verificou que a abertura da barra contribuiu para o aumento do estoque do camarão rosa (*Farfantepenaeuspaulensis*) na lagoa do Peixe, além de favorecer a entrada de outras espécies como o siri azul (*Callinectes sapidus*) e a tainha (*Mugil curema*), o que acarreta no sustento dos pescadores. Ou seja:

Quando a barra é aberta, as larvas do camarão-rosa entram do mar para a lagoa, onde se alimentam e crescem, constituindo-se em fonte de sustento dos pescadores locais, aproximadamente durante os meses de janeiro a maio. Durante os períodos de estiagem, a lagoa pode secar completamente, dependendo das condições do vento e das chuvas. A profundidade média varia entre 10 a 60 centímetros, podendo chegar a 2 metros no inverno, quando ocorre o período de cheia e a água do mar adentra o continente. Terminado o período chuvoso, inicia-se um período lento e progressivo de secagem da lagoa. (ADOMILLI, 2002:40)

Durante o período de chuvas, o nível de água da lagoa do Peixe sobe, alagando áreas de produção agropecuária. Isso gera uma pressão sobre a administração do parque - por parte dos agropecuários – para abrir a barra da Lagoa, com vistas a escoar a água para o oceano. Dessa forma, pode-se notar a importância do manejo da abertura da barra da lagoa do Peixe não só para os pescadores artesanais, mas também para os pequenos agropecuaristas e para a própria sobrevivência da lagoa do Peixe. De acordo com Adomili:

No lado oeste da lagoa, encontra-se uma mata nativa, onde habitam pequenos produtores rurais, sendo que entre esta mata e a lagoa, a região é pantanosa. Entre estes pequenos produtores, encontram-se aqueles que criam gado e outros que são pescadores-agricultores, predominando o cultivo da cebola. Segundo Maldonado, devido a complementaridade entre a pesca e a agricultura, os pescadores-agricultores “são considerados freqüentemente camponeses, talvez pelo fato de explorarem também a terra.” (Maldonado, 1986). (ADOMILLI, 2006: 04)

Um fator que contribuiu negativamente para o ambiente da lagoa do peixe foi à implantação, na década de 1980, de grandes extensões, entre o oceano e a lagoa, de plantio de *pinus*. O plantio de *pinus*, segundo conversas informais com pescadores do PNL e moradores das cidades de Tavares e de Mostardas, foi incentivado através de um programa do governo Estadual.

O *Pinus eliotis* é uma espécie exótica, que foi introduzida na região na década de 1980. Percorrendo a BR 101 entre Mostardas e Tavares, até a entrada do Parque, veem-se extensas florestas de *Pinus eliotis* e algumas madeiras. A terra é arrendada para exploração destas florestas, sendo que boa parte da madeira é exportada. (ADOMILLI, 2002:41)

Atualmente, a enorme dispersão do *pinus* pode ser encontrada dentro e fora da região do Parque, sendo que a retirada deste é realizada por madeiras autorizadas pelo órgão gestor do PNLN.

O PNLN é uma Unidade de Conservação Permanente e, por isso, teoricamente, não permite usos no seu território. No caso, o Parque foi criado com vistas à conservação integral, se encaixando no Sistema Nacional de Unidade de Preservação (SNUC), como uma Unidade de Proteção Integral. Existem dois grupos de UC previstas no SNUC: Unidades de Proteção Integral (UPI) e Unidades de Uso Sustentável (UUS). A diferença entre elas é que a UPI prevê o uso indireto apenas e a UUS visa compatibilizar o uso sustentável com a conservação da natureza (BRASIL, 2000).

O modelo de *Áreas Protegidas*, segundo Antônio Carlos Diegues, em seu livro *O Mito da natureza intocada*, foi criado nos Estados Unidos, em meados do séc. XIX, e posteriormente exportado para os países de Terceiro Mundo. Esse modelo não prevê usos no interior das Unidades de Conservação, por serem espaços de conservação da natureza “selvagem” ou de “espaços naturais”. Assim, reproduz-se uma ideologia preservacionista, baseada na “visão do homem como necessariamente destruidor da natureza.” (DIEGUES, 1996:15). Esse modelo, ao ser importado pelo Brasil, acabou por gerar um conflito com as comunidades tradicionais existentes, pois estas possuem outro conceito de natureza e uma diferente lógica de uso comunal.

A partir da criação do SNUC (2000) e das lutas das comunidades tradicionais, o cenário está sendo gradativamente modificado. A partir do SNUC, algumas comunidades tradicionais tiveram seus direitos de usos e reprodução social garantidos, o que não ocorre no PNLN. Em primeiro lugar, por mais que diversas pesquisas comprovem a tradicionalidade<sup>2</sup> dessa comunidade pesqueira do PNLN, o órgão gestor do Parque não os reconhecem como tal. A comunidade pesqueira também não se reconhece como tradicional.

---

<sup>2</sup> Como exemplo de pesquisas realizadas abordando a tradicionalidade da pesca artesanal no PNLN temos: Rosa (2013), Almudi&Kalikoski (2009), Almudi (2008), Adomilli (2002/2006).

Em segundo lugar, o conflito entre os pescadores artesanais/tradicionais e o órgão gestor do PNLP é um problema advindo do modelo de unidade de conservação brasileira.

Diegues (1996) aponta que as comunidades que vivem na zona rural e/ou que sobrevivem da matéria-prima têm uma percepção diferente de ambiente natural do que as populações urbanas. O autor aponta também que o conceito, importado dos Estados Unidos (vida selvagem – *wilderness*), de áreas protegidas, é concebido sem a presença humana para fins de recreação e apreciação. Dessa forma:

A existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável faz parte, portanto, desses neomitos. Sendo assim, “como afirma Ellen (1989), entretanto, a natureza em *estado puro* não existe, e as *regiões naturais* apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens” (DIEGUES, 1996: 17-18).

Assim ocorre no PNLP. Essa natureza, que teoricamente seria selvagem, habita no seu entorno diversos usos como plantações de pinus, agricultura, construções habitacionais (casas vazias) e intervenções como a abertura da Barra da Lagoa do Peixe – necessária para manter a Lagoa do Peixe existindo. Isso é demonstrado na fala dos entrevistados e nas conversas informais (pescadores, pesquisadores, fiscais do ICMBio e outros) que existiram ao longo da pesquisa.

Salienta-se que o contexto de desenvolvimento desta pesquisa deve considerar os problemas da gestão do Parque Nacional da Lagoa do Peixe: conflito de uso – Unidade de Conservação (UC); conflito entre setores que usam o PNLP e a Lagoa; problemas nas políticas públicas do setor pesqueiro; e os regulamentos do PNLP. Tal fato já pode ser notado a partir do relatório técnico realizado em 2009:

A relação dos pescadores artesanais com o órgão gestor é marcado por um conflito nascido nos primórdios da criação do Parque, quando era de responsabilidade do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), passando em 1989 a ser de responsabilidade do recém criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). (SIQUEIRA-CAMPOS, 2009:28)

O exercício metodológico, teórico e prático da pesquisa nos permitiu escrever e discutir através da oralidade e da memória, de documentos, da

legislação e de visitas às comunidades pesqueiras e aos locais de pesca. Dessa forma, possibilitou abordar a tradicionalidade desses pescadores artesanais e o usufruto do território em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Essa comunidade pesqueira artesanal se encontra em constante conflito com a gestão do Parque desde a criação em meados de 1970.

Assim, a questão do usufruto do território “Lagoa do Peixe” tendo em vista o acesso aos recursos naturais necessários à atividade produtiva e reprodutiva dos pescadores artesanais, visto a proibição do uso do local por ser um Parque Nacional é um problema. O uso é entendido como o desenvolvimento pleno das suas atividades, pois não é apenas a questão do acesso ao recurso, mas tudo o que ele representa na reprodução social e nas formas de trabalho. Assim, o não morar, não pescar, não vender, não conservar no parque determinam o detrimento da comunidade.

O problema central é o não reconhecimento, por nenhuma das partes (gestão do Parque e pescadores), da tradicionalidade da comunidade de pescadores artesanais, dado que se trata de uma região habitada por populações tradicionais, tais como: comunidades quilombolas, comunidades açorianas e comunidades indígenas (únicas não habitantes da região atualmente).

Essas problemáticas são atuais, acontecendo no presente. Porém, por advirem desde antes da criação do PNL, contém seu cerne na história local, regional e nacional, desde meados dos anos 1970. Por isso, esta pesquisa focou-se no problema desde sua base, buscando a contextualização histórica dos pescadores artesanais como forma de buscar saídas e soluções mediadas pela administração do Parque no ordenamento da pesca.

Neste estudo, a discussão é permeada por um problema local advindo de uma deficiência da gestão pública: uma Unidade de Conservação de Proteção Integral não suporta usos no seu território, mas existem casos, como o PNL, em que as comunidades não foram completamente restringidas do acesso ou dos recursos do local. A partir de 2012, com a Instrução Normativa o ICMBio 26/2012, as comunidades tradicionais obtiveram a oportunidade de regularizar-se nos territórios das Unidades de Conservação, tanto com relação

ao uso quanto à moradia. Apesar disso, a falta de reconhecimento dos sujeitos enquanto comunidade tradicional não mudou o contexto dessas comunidades pesqueiras, como no caso do PNLP.

Para uma grande parte da comunidade local, a criação do Parque somente foi percebida após a sua implantação e o impedimento de uso do local, fato ocorrido entre os anos de 1999 e 2000. Isso resulta em um dos principais conflitos do Parque para com a comunidade local, pois a região foi e ainda é caracterizada pela agropecuária, pelo plantio de *pinus* e pela pesca artesanal, dentre outras atividades.

É nesse sentido que se estabelece o conflito entre pescadores e gestão do PNLP, advindo da não identificação da comunidade pesqueira como tradicional e, assim, da gestão e possibilidade de proibição do uso dos recursos da UC. Assim, quando existe, o diálogo com os pescadores, esse não se centra na permanência da atividade pesqueira na Lagoa do Peixe de forma sustentável, em parceria com o órgão. De fato, segundo relatos dos pescadores e funcionários, não há diálogo possível, havendo picos de maior conflito com violência instituída por ambos os lados.

A partir dessa discussão, levanta-se o seguinte questionamento: **É possível a convivência entre a pesca artesanal/tradicional e a existência do Parque nesse modelo de conservação?** Sendo assim, essa questão acaba por suscitar outras duas: É necessária a erradicação da pesca para a conservação da biodiversidade na Lagoa do Peixe? E qual seria o melhor ordenamento e manejo dos recursos para a continuidade da pesca e do parque? A formulação dessas questões auxiliou no delineamento do tema e do universo da pesquisa, resultando no ajuste do foco da observação e na metodologia adotada.

Cumprе salientar ainda que esta pesquisa pauta-se no entendimento da importância dos pescadores como sujeitos históricos. Portanto, pode-se dizer que a região da lagoa do Peixe é um local onde a historicidade e a memória dos pescadores artesanais pode estar sendo negligenciadas e, por tal motivo, vem se perdendo. A identidade social das comunidades passa pelo entendimento do sujeito historiador, aquele que conta a história como forma de garantir tal identidade. Por isso é de suma importância contribuir para a

recuperação de aspectos da memória local relacionados ao espaço e ao contexto pesquisados. Isso permitirá ao gestor estabelecer condições para implementar instrumentos de gerenciamento que permitam alcançar a boa qualidade de vida das pessoas que residem no entorno do Parque.

## **OBJETIVOS**

Esta pesquisa tem por finalidade contribuir para o entendimento das causas do conflito entre as comunidades pesqueiras do entorno da Lagoa do Peixe e o PNLP. Conforme já mencionado, parte-se do pressuposto de que existem algumas comunidades de pescadores que exercem sua atividade na Lagoa do Peixe e na beira de praia as quais estão sendo afetadas pelo funcionamento do PNLP, visto que desde a sua implementação decorreram uma série de conflitos entre a comunidade pesqueira e o PNLP.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa consiste em **contribuir na continuidade da atividade pesqueira tradicional no PNLP, utilizando a metodologia de História Oral, com vistas à compreensão da perspectiva dos pescadores sobre sua atividade no contexto de criação e desenvolvimento do mesmo.**

Para a consecução desse objetivo, se organizou uma série de objetivos específicos que orientaram os procedimentos de coleta de dados e sua respectiva análise. Sendo eles:

- 1. Estabelecer a perspectiva histórica dos pescadores artesanais sobre o processo de gestão do PNLP;**
- 2. Identificar os principais aspectos tradicionais na pesca artesanal do PNLP; e**
- 4. Propor recomendações para a melhoria da gestão.**

## **METODOLOGIA**

## Referencial metodológico

Esta pesquisa utilizou como principal método de trabalho a História Oral. A partir dos procedimentos propostos por tal método, foram realizadas entrevistas, as quais são as principais fontes para a elaboração do estudo em questão.

De acordo com Alberti (2006), são muitas as possibilidades de pesquisa através das fontes orais, segundo as problemáticas propostas pela autora e suas respectivas respostas:

Quais são as possibilidades de pesquisa abertas pela História oral? Que problemas ela pode ajudar a solucionar? Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. [...] entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas. (ALBERTI, 2006: 165)

Desse modo, para se trabalhar com História Oral é necessário produzir fontes para esta, ou seja, as entrevistas. Segundo a autora, a produção de fontes pode ser dividida em três momentos: a preparação da entrevista, a realização desta e seu tratamento. Todas essas fases exigem um preparo anterior consciente de sua possível mutação e flexibilidade ao longo do projeto. Por exemplo, a realização de um roteiro/projeto de pesquisa para a estruturação dos entrevistados (pequena biografia, situação social, relevância para a pesquisa, etc.) e das perguntas. Conforme destaca Alberti (2006:177):

A preparação de entrevistas de História oral inclui, pois, uma pesquisa exhaustiva sobre o tema e sobre a vida dos entrevistados, a sistematização dos dados levantados e a definição clara dos problemas que se está buscando responder com a pesquisa.

Para isso, foi necessário um trabalho/pesquisa que visou: revisão bibliográfica e documental – reconhecimento da região do PNL; mapeamento da região do PNL e seus respectivos depoentes; preparação de roteiros para as entrevistas; realização das entrevistas; tratamento das entrevistas; e análise dos resultados.

A revisão bibliográfica realizou-se acerca da produção acadêmica sobre os pescadores artesanais, incluindo todos os aspectos relacionados ao cotidiano do trabalho dos pescadores com vistas a sua manutenção, a saber: estratégias de captura (acesso aos locais de pesca, acampamentos, petrechos, etc), formas de beneficiamento do pescado, calendário de pesca, organização social e divisão do trabalho, dentre outros. Realizou-se, também, algumas consultas a documentos oficiais que se referem à criação do Parque, dentre outros. Durante o período em que foi elaborada essa revisão bibliográfica, foram realizadas visitas às comunidades da região do PNL.

Em seguida, através das visitas às comunidades previstas, identificaram-se os pescadores artesanais mais antigos da Lagoa do Peixe. Os próprios depoentes e pessoas chaves indicaram outros possíveis depoentes. Logo após a delimitação dos entrevistados, foram agendadas as entrevistas com o auxílio de analistas ambientais do ICMBio. Teve-se a clareza de que, para escolher os depoentes, deveria se considerar a indicação da comunidade, da colônia de pescadores e do fórum de pescadores da lagoa do Peixe, como estratégia de inserção na comunidade.

A fase de realização dos roteiros foi realizada após o fechamento parcial da revisão bibliográfica, pois se baseou nesta e em questões pertinentes para o trabalho desenvolvidas tanto pelo Chefe do Parque, quanto pela Coordenadora Técnica do Projeto do ICMBio em que este trabalho se insere. Então, criaram-se roteiros semiestruturados e abertos às intervenções ou mudanças de rumo por assuntos que pudessem surgir nas entrevistas. Os roteiros tiveram como tema gerador os objetivos específicos da pesquisa. Inicialmente realizou-se um teste para que os roteiros criados fossem avaliados e devidamente ser alterados e adaptados, quando necessário, de forma a melhorar sua orientação.

As entrevistas foram previamente agendadas, sendo realizadas de forma individual ou em dupla. As formas de registro da entrevista foram fílmicas, fotográficas e por gravação de áudio. Após as entrevistas, as mesmas foram transcritas e analisadas. Quando na análise e interpretação de entrevistas, essa foi vista como um “documento-monumento”, pois “o ‘monumento’ (...) teria como característica a intencionalidade, uma vez que é constituído para

perpetuar a recordação (...)” (ALBERTI, 2006:183). Segundo Le Goff, o documento é

[...] antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (Le Goff apud Alberti, 2006:184)

Portanto, torna-se visível a necessidade da revisão bibliográfica e documental, visto que se pode entender melhor o processo a partir do conhecimento prévio sobre a região e o contexto histórico da criação do PNLP, aliando ao conhecimento dos depoentes sobre os assuntos questionados.

Para uma melhor análise das entrevistas coletadas, além do entendimento da importância do conceito de memória, foi necessário dividir as entrevistas em duas categorias: (1) antes da criação do PNLP e (2) implantação e pós-criação do PNLP. Para cada categoria foram delimitados alguns aspectos importantes a serem analisados.

Na primeira categoria os aspectos observados foram: (a) Quem pescava na Lagoa do peixe; os que vieram de fora, de onde vieram; como chegaram; quais eram os locais de pesca; como se deu a ocupação da Barra da Lagoa. (b) Como os pescadores se estabeleceram na região; como se relacionaram os locais e os que vieram de fora. (c) Como se dava as técnicas de pesca do camarão e de comercialização, transporte, beneficiamento, etc.

Na segunda categoria, foram observados, em um primeiro momento: (a) Chegada do IBAMA e o impacto aos moradores; (b) Criação do PNLP. Em um segundo momento, foi observado: (a) Proibição do uso do território e as dificuldades de manejo ambiental pelos moradores (manejo de dunas, manutenção das estradas e pontes, distribuição de energia e abastecimento de água); (b) Criação do cadastro de pescadores e definição quem pode se

cadastrar, conjuntamente com a intenção de erradicar a pesca artesanal no PNLN; e (c) Acordos de ordenamento (tipo de petrecho, calendário de pesca, regras de comercialização, regras para o acampamento, etc.). Essas categorias foram fundamentais para a estruturação da pesquisa, resultando no Capítulo 2, assim, melhor visualizando a problemática e os objetivos da pesquisa.

### **Descrição das atividades desenvolvidas**

Esta pesquisa é resultado de dois projetos. O primeiro a ser descrito, foi realizado entre FURG e ICMBio. O projeto foi aprovado no ICMBio no início de 2012, tendo como principal objetivo a comprovação da tradicionalidade dos pescadores artesanais em atividade no PNLN e as alterações significativas imputadas ao ambiente pela implantação dos plantios de pinus.

A FURG ficou responsável pela coordenação de campo, apoio técnico e supervisão acadêmica do projeto. O ICMBio, além da coordenação geral do projeto, contribuiu com diárias, materiais de escritório, estadia, dentre outros. A equipe contou com: Coordenação Geral – Chefe do PNLN em 2012 Msc. Luis Eduardo Burgueño; Supervisão Acadêmica – Prof. Dra. Lúcia Anello (PPGC); Coordenação Técnica – Clara da Rosa (História e PPGC); Apoio Técnico – Leonardo Fonseca (Artes Visuais) e Thais Rodrigues (Gestão Ambiental); e Analista Ambiental.

O segundo projeto de pesquisa, intitulado “*Análise da Cadeia Produtiva dos Pescados oriundos da Pesca Artesanal e/ou da Aquicultura Familiar no estado do Rio Grande do Sul*” é oriundo de um convênio entre Universidade e Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SDR) no final de 2011. É coordenado pelas Professoras Dras. Tatiana Walter e Lúcia Anello, ambas do PPGC e envolve uma equipe com diversos alunos de graduação e pós-graduação. A SDR foi responsável pela bolsa de mestrado, pela bolsa de graduação destinada à acadêmica Thais Rodrigues, bem como, permitiu a participação de outros integrantes do projeto nas saídas de campo, com o objetivo de dar suporte às atividades de pesquisa.

O objetivo do projeto é compreender a dinâmica da cadeia produtiva do pescado oriundo da pesca artesanal com vistas a subsidiar políticas públicas adequadas aos pescadores. O intuito de desenvolver ações específicas no PNLNLP deve-se à compreensão de que suas restrições representam mecanismos de conformação nas atividades dos pescadores artesanais na atualidade. Assim, a partir desse projeto complementou-se as questões e o suporte financeiro necessários ao desenvolvimento das questões pertinentes à dissertação aqui exposta.

As atividades foram realizadas em conjunto, durante um período de seis meses de atividade de campo, descritos nas tabelas de atividades (Anexo 1, 2, 3, 4, 5 e 6). As tabelas de atividades estão divididas por mês, cada uma contendo a descrição das atividades acadêmicas, atividades de campo, pesquisa documental e conversas informais. Portanto, realizar-se-á uma breve descrição das atividades desenvolvidas nesse período.

O transporte até as cidades de Mostardas e de Tavares foi realizado através de pedidos de viaturas para a Universidade.

### **Março**

No mês de março foram realizadas duas visitas exploratórias. A primeira visita foi com o intuito de conhecer a região, reunir e nivelar toda a equipe pela primeira vez. A reunião contou com a participação do Coordenador Geral, da Supervisora Acadêmica, da Coordenadora Técnica e dos Apoiadores Técnicos. A reunião foi realizada com o intuito de nivelar a equipe de trabalho, de discutir as próximas etapas e de marcar a próxima reunião que foi realizada com os pescadores do PNLNLP.

Nesse primeiro momento, além da reunião com o Chefe do PNLNLP, foi realizado um reconhecimento da região, do local de pesca, da praia, de alguns possíveis depoentes, da biblioteca da região e de algumas lideranças do local.

Na segunda saída de campo, foi realizado o lançamento do projeto à comunidade pesqueira de Mostardas e Tavares que pesca na Lagoa do Peixe. A reunião foi realizada pelo Fórum da Lagoa do Peixe, na Câmara Municipal de Tavares, com a presença de toda a equipe. Nesse encontro foi possível identificar e agendar algumas visitas e possíveis entrevistas, além de identificar

as principais lideranças e suas relações de poder na pesca. Nessa saída, também ficou definido o nome do Analista Ambiental que nos auxiliaria com o agendamento dos depoentes e, também, na localização.

Concomitantemente, foram realizadas atividades acadêmicas e pesquisa documental. Nas atividades acadêmicas, foram realizados: pesquisa bibliográfica sobre os pescadores da Lagoa do Peixe, definição de estratégias de abordagens, elaboração do roteiro e agendamento, e logística para a visita e viagem em abril. Já na pesquisa documental, foi realizada uma busca ao Plano de Manejo da Unidade, sendo encontrado o Plano de Manejo – fase 2 de 1999, além de documentos sobre a criação do PNLP. Estas informações podem ser visualizadas de acordo com o **Anexo 1**.

### **Abril**

De acordo com o **Anexo 2**, no mês de abril, as atividades de campo incluíram a realização do teste do modelo de roteiro de entrevista com o Analista Ambiental e discussão e fechamento de um dos roteiros com o Chefe do PNLP. Após a adaptação de um dos roteiros, foi realizada a primeira entrevista com o Presidente da Colônia de Pescadores Z11. Essa entrevista fora importante para testar a eficácia e abrangência do roteiro, isto é, se estava suficiente em relação ao conteúdo necessário para o projeto.

Ao mesmo tempo, foram realizadas visitas aos acampamentos de pesca, à Lagoa do Peixe, PNLP e arredores, com o objetivo de realizar conversas informais, buscar depoentes e entender as relações na região. Foi feita ainda uma reunião com a equipe para discussão das atividades realizadas e para combinar as próximas atividades e a próxima saída.

Conjuntamente a essas atividades, deu-se continuidade à pesquisa acadêmica propriamente dita sobre os pescadores da Lagoa do Peixe e definições de estratégias de abordagem. Além disso, foi desenvolvida uma pesquisa em jornais dos municípios de Tavares e Mostardas sobre os pescadores do PNLP. A pesquisa realizada em campo foi analisada na academia com a finalidade de ajustar o roteiro, conforme necessário e orientado pela Supervisora Acadêmica e o Coordenador Geral, bem como traçamos algumas estratégias de abordagem nas entrevistas e nas conversas.

## **Maio**

No mês de maio, não houve visitas às comunidades pesqueiras de Tavares e de Mostardas. Entretanto, houve a continuação da revisão bibliográfica, ajustes no roteiro e conversas informais com pesquisadores na FURG. Além disso, foram agendadas entrevistas para o mês de junho e foi realizada uma reunião com a equipe para acordar as próximas atividades. **(Anexo 3)**

## **Junho**

Conforme pode ser visto no **Anexo 4**, em junho, as atividades ficaram focadas, primeiramente, em uma reunião de nivelamento da equipe. Após, foram realizadas as visitas ao acampamento de pesca, com registro fotográfico do ambiente pesqueiro, visitas às vilas desabitadas quase por completo no PNLP e uma entrevista com o Presidente do Fórum da Lagoa do Peixe<sup>3</sup>.

Nesse mês, houve a continuação da revisão bibliográfica, de definições de estratégias de abordagens e correção do roteiro. Além disso, foi realizada uma doação de todos os textos encontrados sobre o PNLP ou sobre os pescadores para a biblioteca de Mostardas.

## **Julho**

Para o mês de julho, conforme mostra o **Anexo 5**, foram realizados agendamento das entrevistas para agosto, reunião com a equipe em Rio Grande para acertar as próximas atividades e dia de viagem, tratamento das imagens e logística para a viagem.

## **Agosto**

Em agosto foi realizado um acompanhamento da reunião da recém-criada Comissão de Pescadores com a EMATER para discutir os termos do acordo de pesca para a safra de 2013. Foi realizada uma reunião da equipe com a Coordenação Geral do Projeto – Chefe do Parque, com o objetivo de acordar os próximos passos e alguns possíveis resultados.

---

<sup>3</sup> A entrevista realizada com o Presidente do Fórum da Lagoa do Peixe, o então Vice-Prefeito do município de Tavares, foi perdida por um erro técnico e não foi mais recuperada.

Além disso, foram realizadas entrevistas com os pescadores e membros da comunidade mais antigos, bem como uma visita à Barra da Lagoa enquanto fechada, conforme **Anexo 6**.

### **Considerações finais das atividades realizadas**

Sendo assim, após essas atividades de cunho mais prático, foi discutido o relatório técnico com a equipe, com vistas a finalizá-lo. Algumas entrevistas que foram utilizadas no relatório, não foram utilizadas neste estudo. O enfoque deste trabalho visa a uma junção entre os projetos desenvolvidos ao longo de seis meses mais uma proposta de discussão das possibilidades do setor pesqueiro e da conservação da natureza no PNLP.

Após coletadas, as entrevistas foram transcritas, totalizando 4 horas, 37 minutos e 28 segundos. Cada entrevista teve, mais ou menos, de 50 minutos a 1 hora de gravação. A maioria das entrevistas foram realizadas na casa dos entrevistados, sendo uma realizada na Colônia de Pescadores Z11.

Nesses seis meses, foram realizadas 5 viagens, totalizando 12 dias de atividades nos municípios de Mostardas e Tavares, espaçadamente. As reuniões entre a Supervisora Acadêmica, a Coordenadora Técnica e os Apoiadores Técnicos eram realizadas mensalmente durante e após o período das saídas de campo. Já a reunião com o Coordenador do projeto e Chefe do PNLP era realizada por meio digital ou nas saídas de campo.

## **CAPÍTULO 1 – O Parque Nacional da Lagoa do Peixe, os pescadores, a tradicionalidade e os elementos do conflito**

*“De nuestros miedos  
nacen nuestros corajes  
y en nuestras dudas  
viven nuestras certezas.  
Los sueños anuncian  
otra realidad posible  
y los delirios otra razón.  
En los extravíos  
nos esperan hallazgos,  
porque es preciso perderse  
para volver a encontrarse.”*  
**Eduardo Galeano**

Este capítulo está organizado, em primeiro lugar, pelo entendimento breve da história da construção das unidades de conservação no Brasil, bem como de onde vem esse modelo, passando por sua legislação e medidas relacionadas às populações tradicionais, relacionando com o PNLN.

Visando a um melhor entendimento da condição atual do PNLN, passa-se para a caracterização do PNLN, dos pescadores, da atividade pesqueira e por que essa atividade é tida como tradicional. Logo após, discutem-se os elementos do conflito existente nessa unidade de conservação e o porquê de sua existência.

### **O modelo brasileiro de Unidades de Conservação**

O modelo de unidade de conservação foi criado nos Estados Unidos, em meados do século XIX e se tornou um dos mais importantes e importados pelas políticas conservacionistas para os países de Terceiro Mundo. Esse modelo não prevê usos no entorno das unidades de conservação, por serem espaços de conservação da natureza “selvagem” ou de “espaços naturais”. Segundo Diegues (1996:15), esse modelo faz parte de uma ideologia preservacionista que “está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza.” Em outras palavras:

A transposição desses espaços naturais vazios em que não se permite a presença de moradores entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas são habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais. Mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica. Existe nesses países grande diversidade sócio-cultural responsável por séculos de manejo do mundo natural, que tem garantido a diversidade biológica. A imposição de neomitos (a natureza selvagem intocada) e de espaços públicos sobre os espaços dos “comunitários” e sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos, eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Na maioria das vezes, essas leis restringem o exercício das atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas. (DIEGUES, 1996:15)

Ao ser importado pelo Brasil e outros países de Terceiro Mundo, tal modelo acabou gerando um conflito com as comunidades tradicionais existentes, pois estas têm outro conceito de natureza e uma diferente lógica de uso comunal. No Brasil, esse modelo foi implantado, principalmente, por conta de acordo e de demandas externas. O primeiro parque nacional brasileiro foi criado em 1937, em Itatiaia, visando à pesquisa científica e lazer das populações urbanas. Fica claro, então, essa característica de expulsar as populações tradicionais quando da criação de Unidades de Conservação no Brasil. No caso do PNL, isso ocorre claramente, pois as populações tradicionais de pescadores ainda não são aceitas como apoiadoras ou mantedoras do ecossistema do Parque, ao serem vistas como destruidoras da natureza.

Inicialmente, a administração e a implantação das Unidades de Conservação ficavam a cargo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (**IBDF**), criado em 1967. A partir de 1973, também a Secretaria do Meio Ambiente Federal (**Sema**) ficou responsável junto com IBDF. Em 1979, o IBDF elabora o Plano de Sistema de Unidade de Conservação no Brasil, tendo como objetivo a estudar, detalhadamente, as regiões que seriam prioritárias para a implantação de novas unidades. (DIEGUES, 1996)

Em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (**IBAMA**), passando, então, as responsabilidades das unidades de conservação para esse órgão. Em 1989, é realizada uma reavaliação do Plano de Sistema de Unidade de Conservação, encomendada à Fundação Natura (**Funatura**), culminando no *Sistema Nacional de Unidade de Conservação: aspectos conceituais e legais* (Brasília, 1989 – Ibama/Funatura). Segundo Diegues, a posição desse documento é derrotista, sendo uma “visão que antevê uma terra destruída, contendo ‘ilhas de conservação’”. (DIEGUES, 1996: 119). Além disso:

Nessa proposta nada se diz a respeito do uso sustentado dos recursos naturais nas áreas fora das unidades de conservação, nem se valoriza o comportamento das comunidades chamadas *tradicionais* que, por seu modo de produção e tecnologia patrimonial, contribuíram para a manutenção da diversidade biológica e dos ecossistemas. Perde-se, portanto, uma ocasião histórica de se reverem as várias categorias de unidades de proteção mais bem adaptadas às realidades dos países subdesenvolvidos que

apresentam grandes diversidades de culturas não-industriais (populações indígenas, seringueiros, pescadores, extrativistas etc.). A única inovação incluída, ainda que desconfortavelmente, nessa proposta é a da reserva extrativista, na verdade, uma categoria que brotou da luta das populações de seringueiros da Amazônia. (DIEGUES, 1996: 119, 120)

O principal período de criação de unidades de conservação se deu em um regime autoritário, a ditadura civil-militar. Por esse motivo, a criação dessas unidades se deu de cima para baixo, não consultando as regiões e nem as populações afetadas. Ainda,

[...] essa época coincidiu com o grande endividamento externo brasileiro, causado pela solicitação de financiamentos a entidades bi ou multilaterais. Essas organizações, como o Banco Mundial e o BID, começaram a colocar e fazer respeitar cláusulas da conservação ambiental para grandes projetos (criação de unidades de conservação, áreas indígenas), sobretudo na Amazônia. Havia pouca mobilização social para a criação de unidades de conservação, dependendo, principalmente, da ação de cientistas e alguns poucos conservacionistas com acesso relativamente fácil ao governo militar. (DIEGUES, 1996: 118, 119)

Algumas populações tradicionais começaram a resistir tanto a sua expulsão quanto a sua desorganização social causada com a criação dessas unidades de conservação. Para tanto, foi necessária a criação de alianças com movimentos sociais mais amplos, com organizações não governamentais nacionais ou internacionais e uma “gradativa mudança do conceito de áreas naturais protegidas por parte de entidades conservacionistas de âmbito mundial, como a UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza”. (DIEGUES, 1996: 16). Além, do auxílio de autores como Diegues, José Quintas e Luís Geraldo Silva (para citar alguns) que fazem a crítica no meio acadêmico e fora dele.

No ano de 2000, foi aprovado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela lei 9.985. Isso acarretou a aprovação de novas categorias de áreas protegidas, além da regulamentação e estímulo do uso sustentável dos recursos naturais, reconhecendo de certa forma as populações tradicionais nesses territórios. Em 2006, cria-se a Comissão Nacional das Populações Tradicionais, com o intuito de criar políticas públicas que apoiem o uso sustentável dos recursos naturais. (DIEGUES, 1996)

Mesmo com certo avanço que as populações tradicionais conquistaram com o SNUC, através de resistência e luta, a mudança foi gradativa. O SNUC garantiu alguns direitos a essas populações tradicionais, mas não as reconheceu como parte e necessárias à manutenção da natureza. Ou seja, a luta ainda é constante e difícil. O próprio PNLP é um exemplo, pois até o presente não reconhece a população pesqueira como tradicional, concedendo o uso do território quase como um “favor”. O PNLP foi criado pelo IBDF, passando a ser administrado até 2007 pelo IBAMA e, a partir desse ano, passou a ser administrado pelo ICMBio. E, de acordo com o contexto nacional, foi criado de baixo para cima, ou seja, sem discussão com a comunidade. Assim, não fugiu do modelo importado e ainda vigente de preservação da natureza: o homem é visto como um ser destruidor do ambiente e, por isso, deve ser expulso dos locais que ainda estão “intocados” por sua atividade. Com a criação do PNLP, a “necessidade” de expulsão da população que habitava/habita a região foi e ainda é uma constante.

No SNUC existem dois tipos de unidades de conservação: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. A primeira tem como objetivo proteger a natureza, admitindo usos indiretos dos recursos naturais (BRASIL, 2000). A segunda objetiva conciliar o uso sustentável com uma parcela dos recursos naturais. Em tempo: a lei do SNUC entende como uso indireto como “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” (BRASIL, 2000); e proteção integral como “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (BRASIL, 2000). Assim, ainda diferencia as unidades de conservação, não permitindo a permanência, em algumas, das populações tradicionais, como no caso do PNLP.

O SNUC conta com treze objetivos no Capítulo II, artigo 4º. Nesses treze, dez são em relação à preservação da natureza “intocada” ou “tocada” por algum tipo de atividade humana, mas somente três estão relacionadas às populações tradicionais. São elas:

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (BRASIL, 2000)

Ainda assim, não necessariamente “valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica” possa ser uma competência da população tradicional, mas sim do órgão gestor da unidade. Daí somente dois objetivos restariam, o que é pouco. Ou seja, isso demonstra a permanência, no Brasil, de uma visão extremamente conservadora das questões ambientais, se encontrando “bem aquém do que se debate no âmbito internacional [...] para resolver o caso das populações tradicionais.” (DIEGUES, 1996: 120).

Em 6 de julho de 2012, o ICMBio lançou a Instrução Normativa 26/2012 para a elaboração de Termos de Compromisso com as populações tradicionais, a qual

estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão. (BRASIL, 2012)

Este é um importante subsídio legal, mas ainda não é o ideal, visto que, passado um ano da vigência da IN 26/2012, pouco se modificou na população tradicional do PNL. Ainda mais, um termo de compromisso não é algo permanente, mas de caráter transitório, tendo a população tradicional que se reconhecer como tal. Assim, a população tradicional, no PNL, deverá exigir que o termo de compromisso, previsto pela IN 26/2012, seja firmado. Mas, para que ocorra tal fato, deveria haver capacitação entre os dois lados. Tanto da equipe ICMBio, quanto da comunidade tradicional do PNL. Entende-se aqui como capacitação uma forma de garantia de direitos das populações tradicionais, tendo que haver acordos construídos por ambas as partes – órgão gestor e população tradicional. Sendo construída a capacidade de realizar a gestão conjuntamente com a população tradicional, onde essa população possa sair de uma situação de invasora e destruidora desse ambiente.

Isso se deve ao fato de muitos da equipe do ICMBio, do PNL, ainda possuem uma ideologia de conservação da natureza com bases

conservacionistas, a mesma que está presente no SNUC e no modelo de Unidade de Conservação. A comunidade pesqueira tradicional, por consequência, ou mesmo como forma de resistência, responde a esse modelo com violência (quando proibidos de se reproduzir socialmente no modo conhecido por gerações) ou então se colocando na ilegalidade para ter acesso ao recurso e/ou subsistir.

Portanto, o custo/benefício de preservar/conservar uma determinada área deve ser bom/positivo para comunidade local. Para que isso ocorra e passe a ser efetivo o processo de conservação, a sociedade local deve ser envolvida no processo de planejamento, execução e manutenção da área de preservação. Porém, para que isso aconteça, o processo de participação da comunidade local deve ser real e incentivado.

### **Elementos da tradicionalidade da pesca artesanal**

Um dos objetivos deste estudo é a percepção da característica tradicional da população pesqueira que utiliza a Lagoa do Peixe como principal fonte. Essa tradição está relacionada com uma herança do passado que entrelaça gerações e pode ser definida de diversas formas. A grosso modo, pode-se dizer que a tradição é “um conjunto de práticas e valores enraizados nos costumes de uma sociedade” e, muitas vezes, “é pensada como imóvel, mas hoje cada vez mais estudiosos percebem suas ligações com as mudanças” (SILVA & SILVA, 2010).

De acordo com Diegues, as populações tradicionais podem ser definidas da seguinte maneira:

[...] populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, freqüentemente nos interstícios da monocultura e dos ciclos econômicos, as quais, pelo isolamento em que viviam foram obrigadas a desenvolver estratégias de sobrevivência particulares. (DIEGUES, 1996)

Nessa mesma linha, Luís Geraldo Silva, em seu trabalho sobre os *Os Pescadores na História do Brasil* – vol. 1: Colônia e Império, afirma que a história dos pescadores no Brasil está intimamente ligada aos grupos oprimidos

da sociedade colonial – o índio e o negro africano em condição de escravo, ao que devemos acrescentar os açorianos.

A região do PNL P é caracterizada por uma colonização açoriana, quilombola e indígena (únicos que não habitam mais a região). E assim vem sendo desenvolvida desde as primeiras ocupações da região. Por exemplo, Saint-Hillaire, em 1887, aborda o manejo da barra da lagoa nessa região realizado pela população local desde 1820. (SAINT-HILLAIRE, 1887)

Na região do Parque, tem-se registro de comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas e açorianos, muitos na atividade pesqueira (menos a comunidade indígena), cadastrados no parque. Segundo Silva (1988), essas são populações tradicionalmente pesqueiras. Algumas dessas populações ainda estão localizadas nos arredores dos municípios de São José do Norte, de Tavares e de Mostardas, como no caso dos quilombolas e açorianos. No caso dos indígenas, segundo relatos de moradores locais, deixaram a região pouco antes da criação do Parque:

Isso aqui era habitado só por índio. [região do PNL P] (...) Eles foram embora, é que, o território era só deles. Aí foi habitando de gente, foi indo, foi indo e o que não foi, eles foram morrendo, foram indo e se terminaram tudo! Outros foram embora para outros lugares. (...) Só ficou aquela cacaiada de panela lá, e pedra que eles batiam caroço pra comer amendoa, coisas, enfim... Mas tinha grande cacaiada de panela, assim, tu precisava ver! Ee.. porque dizem que antigamente esse município aqui tudo era banhado. Não era como era assim. Campo era banhado. Depois é que foi, foi terminando, porque eu conheço muitos banhados que hoje não é banhado, é campo. Mas era tudo habitado por eles. (ENTREVISTADO 1, 2012)

Em relação aos Quilombos, só no município de Mostardas, existem três: Casca – 85 famílias e terra reconhecida pelo INCRA (INCRA, 2013) –, Teixeira e Coloidianos, estes em processo de reconhecimento das terras pelo INCRA. Em Tavares, existem dois Quilombos: Capororoca e Vó Marinha ou Associação Olhos D'Água, também em processo de reconhecimento das terras no INCRA (INCRA, 2013).

Já em relação aos descendentes de açorianos, existe uma busca pela preservação da história, principalmente em Tavares, através do autor Luis Agnelo Chaves Martins, mais conhecido como “Gordo”, que realiza o registro em livros, participando de diversas atividades sobre essa cultura. Ou seja, existe a descendência dessas culturas e, principalmente, o legado indígena e

do negro na condição de (ex)escravo africano que, de acordo com Silva, são indiscutivelmente tradicionalmente pesqueiras:

Foram os indígenas, por seu conhecimento mais antigo dos nossos rios e mares, que forneceram a maior parte das técnicas de pesca utilizadas durante o período colonial. Além disso, muitos grupos destribalizados viviam exclusivamente da pesca. Outros produziam as melhores redes e linhas para a pesca.

Por outro lado, o negro escravo sustentava a si próprio, no regime de fome ao qual era submetido, pescando nos mangues e nos rios. Ou pescava por profissão, sendo para isto explorado por seu senhor. Vendia o peixe de seu senhor pelas ruas ou nos mercados de peixe. Saía a pescar em alto mar, aonde os índios ainda não haviam ido.

É, sobretudo, desses grupos – os grupos oprimidos pela sociedade colonial – que trata esta história dos pescadores, no contexto Brasil-Colônia. (SILVA, 1988: 30-31)

A respeito dessas populações tradicionais, Gianpaolo K. Adomilli (2002:41) declara:

Esses grupos vivem da pesca do camarão e de peixes, como tainha, pescadinha e papa-terra. Trata-se de uma pesca baseada em um saber tradicional que envolve, desde a confecção e o reparo das redes, até as técnicas específicas de pesca, baseadas em um determinado conhecimento das condições da natureza, como o mar e os ventos.

Desse modo, a pesca deve ser considerada uma identidade social, o que caracteriza a formação de grupo de pescadores, que percebem e se relacionam com o Parque e com a natureza de forma diferenciada dos demais grupos.

A pesca apresenta-se como um elemento que preside a identidade social do grupo, pois exprime não apenas suas condições de existência, baseadas na sobrevivência por meio desta atividade, mas um modo de vida que engloba as demais esferas da vida social. (ADOMILLI, 2002: 7)

Podemos citar outros fatores que caracterizam populações tradicionais, tais como:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;

- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado.
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 2001: 52)

Encontramos as mesmas características descritas acima, numa pesquisa realizada por Almudi e Kalikoski (2009), na qual foram analisadas as características dos pescadores artesanais da Lagoa do Peixe, articulando-as àquelas apontadas por Diegues:

- Dependem da pesca para a subsistência e como fonte de renda, assim como para a manutenção de sua cultura.
- Possuem conhecimento detalhado a respeito das espécies exploradas, assim como dos ecossistemas em que ocorrem.
- Senso de ligação com o ambiente local, onde exercem controle dos territórios de pesca.
- Ocupação da região desde o século 18, quando chegaram os imigrantes açorianos.
- Uma parte considerável das capturas é utilizada para o consumo doméstico.
- Modo de vida simples, com pouco acúmulo de meios de produção.
- Membros da família possuem diferentes atribuições relacionadas à pesca ou a atividades pós-desembarque.
- A religião, os mitos, o folclore e até mesmo o vocabulário dessa população estão associados à atividade da pesca.
- Práticas de pesca realizadas manualmente e com petrechos relativamente simples.
- São politicamente desfavorecidos, devido a sua baixa educação formal e pouco acúmulo de capital.
- Identidade cultural relacionada à pesca e à preservação da cultura açoriana. (ALMUDI & KALIKOSKI, 2009: 53)

Como é possível perceber, a partir de Adomilli (2002 e 2006), Almudi e Kalikoski (2009), os pescadores artesanais do Parque Nacional da Lagoa do Peixe podem sim ser definidos como populações tradicionais.

Consequentemente, eles podem se adequar ao uso do território do PNLP em conformidade com a IN 26/2012 do ICMBio.

## **Caracterização dos pescadores cadastrados no PNLP**

### **As comunidades pesqueiras**

As comunidades localizadas nas praias de Mostardas e Tavares são habitadas por pescadores, veranistas e turistas (em época de veraneio). Existiam vilas basicamente de pescadores no território do parque, como relatadas nos trabalhos de Adomilli (2002) e Almudi (2008) e nos relatórios técnicos de Siqueira-Campos (2009) e Fernandes (2009). Porém, esses locais, conhecidos como Talha-mar, Lagamarzinho e Barra da Lagoa, atualmente, não são mais habitados, segundo o ICMBio, não ao menos de forma permanente. Ou seja, muitos pescadores que moravam no território do Parque mudaram-se para as vilas do entorno: Vila do Farol e Balneário Mostardense. Outra parte deles migrou para os arredores de Mostardas ou de Tavares. Isso ocorreu, como explica Fernandes, pelas seguintes causas:

As restrições à pesca, o impedimento de manutenção de moradias, de estradas vicinais e de oferta de alguns serviços públicos básicos, tais como luz, posto de saúde e escolas, contribuíram para a saída de muitos pescadores, que antes residiam permanentemente nas terras então transformadas em Parque Nacional. (FERNANDES, 2009: 17)

Almudi e Kalikoski (2009) afirmam que a saída desses pescadores também se deu por uma pressão exercida pelos próprios funcionários do órgão gestor, pois uma UC não prevê habitações e moradias. Também afirmam que os pescadores, antigos moradores dessas vilas, tinham interesse “que sua permanência no Parque não esteja condicionada a uma situação de privação de serviços e infraestrutura básica para suas famílias” (ALMUDI & KALIKOSKI, 2009: 55). E isso foi exatamente o que ocorreu, pois para a implementação do parque na condição de Unidade Permanente é necessária a desocupação de seu território. No entanto, a estrutura das casas existentes nessas vilas, agora quase por completo desabitadas, ainda continuam nos locais.

As vilas do Farol e do Balneário Mostardense encontram-se fora do território do parque, fato que levou muitas famílias de pescadores a migrarem para essa região. O Balneário Mostardense é um balneário de poucas moradias e pouca estrutura. É um local de difícil acesso que se dá por uma estrada de terra no entorno do PNL (a estrada tem saída da cidade de Mostardas), tendo energia elétrica e a água sendo de poço. No balneário só há uma rua principal com calçamento, sendo o restante das ruas de terra. Existe também uma estrada que dá acesso à praia, na região conhecida como Talhamar, que sai da BR101 (em Tavares), passando pelo território do PNL.

Os pescadores que moram na praia, pescam tanto na própria praia quanto na lagoa. Em sua maioria, vivem exclusivamente da pesca, não tendo atividade secundária. Por esse motivo, para eles são liberados 30 lacres para a pesca do camarão-rosa. Na beira de praia, pescam com cabo, com ajuda de caminhonetes para puxar as redes. Em uma caracterização sobre os pescadores da praia, pode-se afirmar o seguinte:

The beach fishers work both on the beach and in the Peixe Lagoon, and usually do not have other sources of income. They are mostly descendants of Azoreans which arrived in the region in the eighteenth century and Azoreans who migrated from Santa Catarina State a few decades ago. All the fishers from the other community, i.e. the urban-based fishers, come from families which have inhabited that region for centuries. Beach fishers are allowed by IBAMA to capture pink-shrimps with thirty (30) hoop-nets with wings while urban-based fishers can only use twenty (20) of those nets. The justification provided by IBAMA is that the urban-based fishers have alternative sources of income and therefore can afford fishing with a lower number of nets. (ALMUDI, 2008: 16)<sup>4</sup>

Como visto, o antigo IBAMA afirma que a liberação de somente 20 lacres para os pescadores que habitam a região urbana se dá pelo fato de tais pescadores poderem desenvolver outras atividades, não dependendo somente da pesca na lagoa. O que ocorre de fato é que, normalmente, o pescador da

---

<sup>4</sup> Os pescadores da praia trabalham tanto na pesca de beira de praia, quanto na Lagoa do Peixe e, geralmente, não tem outras fontes de renda. Em sua maioria são descendentes de Açorianos que migraram do estado de Santa Catarina há poucas décadas. Todos os pescadores da outra comunidade, ou seja, os pescadores da região urbana, tem habitado a região com seus familiares há séculos. O IBAMA tem permitido, aos pescadores da praia, a captura do camarão-rosa com até trinta (30) lacres de rede tipo aviãozinho, enquanto os pescadores da região urbana só podem utilizar vinte (20) lacres dessas redes. A justificativa dada pelo IBAMA é que os pescadores da região urbana tem outras fontes alternativas de renda e, portanto, podem ter um menor número de redes. (Tradução da autora)

região urbana vive também da pesca de beira de praia ou então em atividades relacionadas à agropecuária, pois esses se encontram nos povoados da zona rural de Tavares e Mostardas e alguns nos centros urbanos. Ambas as atividades são de características tradicionais. Alguns dos pescadores da zona urbana também fazem “bicos” em alguma atividade secundária.

### **Caracterização dos pescadores e da pesca no PNL**

Pode-se dizer que existem dois principais tipos de pesca: a de beira de praia e a de espera na Lagoa do Peixe. A atividade desenvolvida na pesca de beira de praia tem como arte de pesca a *feiticeira* (rede de tresmalhe) – para a captura do papa-terra, tainha, peixe-rei e pescadinha – e a rede de saco – para a captura do camarão sete-barbas (ou barba-russa). Para a retiradas das redes do mar são utilizadas caminhonetes antigas, reformadas ou reforçadas com madeiras, adaptadas para combustível de gás de cozinha.

**Figura 3 – pesca da beira de praia<sup>5</sup>**



Na Lagoa do Peixe, a arte de pesca utilizada chama-se “aviãozinho” é uma rede de espera, com auxílio de lampião a gás e é utilizado o caíco (tipo de embarcação tradicional) sem motor. A principal espécie pescada na Lagoa do Peixe é o camarão-rosa, mas também são pescadas tainha, peixe-rei e linguado com redes de emalhe. Também é comum a captura de siri. Os locais

---

<sup>5</sup> Clara da Rosa, 2012.

de pesca na lagoa são: Chica, Capitão-Rosa, Paiva, Barra, Lagamarzinho, Costa e Véia Terra.

**Figura 4 – Setores de pesca no Parque Nacional da Lagoa do Peixe<sup>6</sup>**



1. Chica; 2. Capitão-Rosa; 3. Paiva; 4. Lagamarzinho; 5. Costa; 6. Velha Terra ou Véia Terra

A pesca pode ser dividida entre verão e inverno (ADOMILLI, 2002). Mais ou menos no período de Janeiro à Maio, o esforço de pesca é concentrado na captura do camarão-rosa. Na safra de 2013, a safra foi aberta no dia 23 de dezembro indo até o início de junho (na Véia Terra). Normalmente, os pescadores ficam acampados nos locais onde o esforço de pesca é maior, modificando seu acampamento para onde tem mais camarão.

**Figura 5 – pesca tradicional no Parque Nacional da Lagoa do Peixe<sup>7</sup>**

<sup>6</sup> Fonte: Relatório Técnico, 2009. Projeto de Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros – PROECOS PNUD/BRA/00/009.

<sup>7</sup> Fonte: Clara da Rosa, 2012.



No meio da tarde costuma-se preparar os lampiões a gás, para posteriormente colocá-los na lagoa. Consiste em “passar um gás”, ou seja, passar o gás de um bujão para os liquinhos dos lampiões, que também são revisados e desentupidos. Esta tarefa é diária e, ao entardecer colocam-se os lampiões com os “aviãozinhos” no caíque, remando até uma parte da lagoa, onde então os “aviãozinhos” são amarrados em estacas de bambu, que já se encontram cravadas na areia do fundo da lagoa. Na ponta das estacas são pendurados os lampiões, que ficam acesos durante toda a noite, atraindo com sua luz o camarão para dentro das redes. (ADOMILLI, 2006:16)

No inverno, a pesca é realizada na beira da praia, sendo dividida por locais de pesca. Ou seja:

Durante o ciclo do inverno, a atividade pesqueira ocorre na costa oceânica. A praia é demarcada pelos pontos de pesca, que consistem no espaço que o pescador dispõe para colocar suas redes. As redes de pesca ficam entre a segunda e a terceira rebentação das ondas, presas a um cabo que é amarrado a um toco de madeira cravado na areia. (ADOMILLI, 2006: 13)

O pescador é dono do local, mas trabalha em grupos de três ou quatro pescadores, podendo dividir o pescado conforme o acordo firmado entre os grupos. Esses grupos são formados, normalmente, no período da pesca na Lagoa do Peixe, nos acampamentos.

### **Acampamentos na Lagoa do Peixe**

Os acampamentos são realizados na margem da Lagoa do Peixe e encontrados em diversos locais de pesca, dependendo de onde tem maior

concentração de camarão-rosa. São caracterizados por sua precariedade em relação às necessidades básicas: não tem energia elétrica à disposição, nem água potável e nem banheiros. A limpeza e estrutura do local são de responsabilidade dos pescadores. O local de mais fácil acesso é a Véia Terra, por ter a estrada que vai para a praia, no Talha-mar, e é um local onde concentram-se grande número de barracas.

**Figura 6 – Acampamentos de pescadores<sup>8</sup>**



As barracas são feitas pelos próprios pescadores, com lona e madeira. A estrutura da barraca deve ser reforçada, pois tem muitos ficam em períodos de temperaturas extremas, com tempestades de vento e/ou chuvas fortes. Alguns levam a família para auxiliar nas atividades, acampando com filhos ou esposa (mas esses não ficam a maior parte do tempo). Outros acampam em duplas, dividindo a barraca com outro pescador. Por não ser permitido o uso de energia elétrica é comum todas as barracas terem telas de proteção contra mosquitos. Todos os utensílios são baseados no gás de cozinha, por exemplo, fogão e geladeira (mais incomum de existirem).

Conforme observado nas saídas realizadas e descritas por Adomilli:

A permanência no local se justifica pelo ritmo de trabalho, pois os pescadores começam a entrar na água, por volta das 5h madrugada. Neste horário, um pouco antes do amanhecer, os “aviãozinhos” e os lampiões colocados ao entardecer do dia anterior, são retirados. Nas margens da lagoa realiza-se a despesca, onde o camarão é separado dos caranguejos. (ADOMILLI, 2006:17)

---

<sup>8</sup> Fonte: Clara da Rosa, 2012.

Dessa maneira, os pescadores necessitam ficar no local, pois muitos moram longe do local de pesca, como na zona urbana ou rural dos municípios ou nas vilas na praia. Alguns moradores das comunidades da praia não acampam por ter como se deslocar e ficarem próximos do local de pesca.

### **Escoamento do pescado**

O escoamento do pescado é um ponto importante. A falta de condições para o escoamento resulta, para muitos pescadores, no não beneficiamento familiar ou próprio. Estes acabam por depender da venda do produto na beira da lagoa, por um preço baixo, no horário da despesca, devido ao produto ser perecível e não haver condições de armazenamento. A venda é realizada para um pescador cadastrado no PNL, normalmente o mesmo que tem como transportar o pescado para fora do Parque. Este compra por um preço baixo e, por sua vez, revende na estrada (logo após a despesca) para um comprador, normalmente, de Santa Catarina, como afirmam os pescadores.

Alguns pescadores que tem como transportar o pescado e tem estrutura de armazenamento nas residências levam o camarão para beneficiar em casa. Alguns se ajudam e levam uns pros outros. Como afirma o Entrevistado 2:

Tem gente que fica mais direto lá. Aquele que consegue vender pra alguém que compra lá, fica lá, fica direto, só vem fim de semana em casa. Tem uns que ficam lá, outros trazem pros outros, também. As vezes eu trago pra uns amigos meus que tão pescando junto, eu trago, né? Troco com eles e trago e depois dou pra eles, assim. (ENTREVISTADO 2, 2012)

Ademais, nessas situações o beneficiamento é familiar, realizado, em sua maioria pelas esposas sendo contratadas algumas mulheres para o auxílio no descasque.

### **Conflito entre pescadores e PNL**

Em primeiro lugar, busca-se caracterizar o que seria o conflito entre os atores dessa pesquisa: os pescadores tradicionais do Parque e o PNLP. Para isso, busca-se na bibliografia o que cada autor aponta como conflito sobre a temática e, após discutir o que é esse conflito, propõe-se uma proposta de resolução para tal.

Diegues (1996) aponta que as comunidades que vivem na zona rural e/ou que sobrevivem da matéria-prima têm uma percepção diferente de ambiente natural do que as populações urbanas. O autor aponta também que o conceito, importado dos Estados Unidos (vida selvagem – *wilderness*), de áreas protegidas, é concebido sem a presença humana para fins de recreação e apreciação. Dessa forma:

A existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável faz parte, portanto, desses neomitos. Sendo assim, “como afirma Ellen (1989), entretanto, a natureza em *estado puro* não existe, e as *regiões naturais* apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens” (DIEGUES, 1996: 17-18).

Assim ocorre no PNLP. Essa natureza, que teoricamente seria selvagem, habita no seu entorno diversos usos como plantações de pinus, agricultura, construções habitacionais (casas vazias) e intervenções como a abertura da Barra da Lagoa do Peixe – necessária para manter a Lagoa do Peixe existindo. Isso é demonstrado na fala dos entrevistados e nas conversas informais (pescadores, pesquisadores, fiscais do ICMBio e outros) que existiram ao longo da pesquisa. E, por mais que se desocupe – o que vem sendo realizado constantemente – toda a região e entorno do PNLP, este já estará “tocado”, ou seja, o homem já trabalhou, transformando a região.

O conflito na região já foi relatado por muitos outros autores, como podemos identificar a seguir:

[...] com a vinda do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para gerenciar a Unidade de Proteção, foram deflagrados os conflitos. De um lado proprietários e pescadores achando-se no direito de desenvolverem as suas respectivas atividades e de outro o IBAMA tentando fazer com que as leis que regem um Parque fossem cumpridos, muito embora uma contradição com os direitos de propriedades. (ZACCA&SANTOS, s/ano: 02)

Nesse artigo, aborda-se o fato de que a pesca do camarão-rosa está sendo cada vez menos uma atividade econômica na região do Parque, dada a criação e implementação do Parque. Discute-se também como vem sendo ocupado o espaço pelo turismo, que se torna uma nova fonte de renda. Os autores ressaltam ainda que essa troca de atividades é algo necessário – como nova fonte de renda – e é imposta – devido às consequências da restrição da atividade pesqueira, agropecuária, dentre outras. Segundo os autores:

Enquanto isso em 1996, o Governo Federal através do Projeto de Execução Descentralizada (PED) e suas subseqüentes atividades começaram a fazer com que a região vislumbrasse no Ecoturismo uma possibilidade de atividade alternativa como que um alerta mostrando-nos que novos tempos viriam e que teríamos que nos acostumar com a idéia e nos adequar-nos para uma troca de atividades na Lagoa do Peixe, não por opção, mas sim pela imposição do sistema, ou seja, trocar a pesca pelo Ecoturismo, aguardando com certeza um lento e talvez despercebido processo de extinção da captura do camarão-rosa no estuário que hoje mais identifica o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. (ZACCA&SANTOS, s/ano: 02)

Ou seja, a proibição de uso do local, imposta e não dialogada, provavelmente seja a causa mais importante do surgimento do conflito entre o Parque e os pescadores artesanais. Segundo os mesmos autores:

A pesca do camarão-rosa era na época uma atividade de bom e imediato retorno financeiro, muito embora de forma desordenada e ao mesmo tempo liberada para centenas de pescadores locais, regionais e de Santa Catarina, isto atraía um grande número de compradores e comerciantes oriundos de vários lugares gerando um intenso fluxo de turismo de negócios na Barra da Lagoa do Peixe e entorno. Embora este processo se desse de forma predatória e de extrema agressividade para com o meio ambiente, a verdade é que a pesca do camarão-rosa, sem dúvidas, oferecia um considerável impulso financeiro ao município de Tavares e era notória prosperidade, principalmente na vila da Barra que dispunha de infraestrutura de hospedagem, mas também nas praias do Paiva, do Lagamarzinho e em outras localidades. (ZACCA&SANTOS, s/ano: 02)

Atualmente, a pesca na Lagoa do Peixe é mais restritiva e se concentra com pescadores locais, residentes nos municípios de Mostardas e Tavares, não necessariamente naturais dos mesmos. De acordo com os pescadores entrevistados e algumas conversas informais, é de comum acordo que a criação do Parque foi positiva, por um lado, pois a partir desse momento houve a garantia de pesca para os pescadores da região com restrições para pesca

em larga escala e de fora do local, como aquela realizada pelos pescadores de Santa Catarina. No entanto, depois da criação do cadastro de pescadores, realizado pelo PNLP em 2000, não houve uma reabertura desse cadastro, sendo que os filhos dos pescadores ficaram de fora do processo e não podem pescar, ilegalizando um dos aspectos da tradicionalidade que é a transmissão do conhecimento de uma geração para a outra.

O conflito também foi identificado por Loebmann e Vieira (2006), quando escrevem sobre o impacto da pesca do camarão-rosa em outras espécies no parque:

A criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe em 1986 tem causado frequentes conflitos entre Ibama e pescadores residentes. Esses conflitos são consequências da legislação atual que proíbe a pesca em Parques Nacionais (Lei dos crimes ambientais 9.605-98 e pelo Decreto-Lei 4340-9.985). No entanto, até o momento não se encontrou solução para esse problema e, a pesca artesanal-profissional com redes do tipo “Aviãozinho”, para a captura do camarão-rosa *F. paulensis*, está provisoriamente e excepcionalmente autorizadas para os pescadores moradores no entorno dessa unidade de conservação (UC). (LOEBMANN & VIEIRA, 2006:1017)

Desse modo, a excepcionalidade provisória pode ser retirada a qualquer momento, causando um desconforto e uma incerteza nas comunidades pesqueiras.

O conflito pode ser notado também a partir do relatório técnico de consultoria realizado em 2009. De acordo com Siqueira-Campos:

A relação dos pescadores artesanais com o órgão gestor é marcado por um conflito nascido nos primórdios da criação do Parque, quando era de responsabilidade do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), passando em 1989 a ser de responsabilidade do recém criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). (SIQUEIRA-CAMPOS, 2009:28)

Mais dois autores, de suma importância para a compreensão da região do PNLP, relatam o conflito em suas dissertações de mestrado. Mais importante do que a questão do conflito é a caracterização que os mesmos fazem da comunidade pesqueira como uma comunidade tradicional. São eles Gianpaolo Adomilli (2002) e Tiago Almudi (2008). Em sua dissertação, Almudi salienta que a criação do parque

[...] caused a conflict between traditional resource users and the environmental agencies responsible for implementing the protected area. That is because National Park designation in Brazil does not allow people to use and extract natural resources (Brazil 2000). However, traditional fisher communities have lived in the surrounding area of the Peixe Lagoon for centuries, developing a unique culture and detailed knowledge about the local environment. (ALMUDI, 2008:09)<sup>9</sup>

O autor focou seu trabalho na caracterização da comunidade pesqueira como uma comunidade tradicional, propondo a co-gestão entre o PNLP e a comunidade tradicional. Em seu trabalho com Kalikoski, apontam a seguinte causa do conflito:

Como o Parque Nacional da Lagoa do Peixe foi criado em 1986, antes da vigência do SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), o processo de criação não envolveu adequadamente a população local, que habita a região há séculos. De acordo com o SNUC, populações tradicionais devem ter seus meios de vida e cultura protegidos e valorizados, e a implementação de UCs deve ser feita de forma democrática, mediante consultas populares. Uma vez que essas diretrizes não foram observadas no caso do PNLP, criou-se uma situação que dificulta a permanência das comunidades de pescadores na área protegida, com a ocorrência de conflitos que culminaram em desobediência civil. A abordagem participativa do SNUC é uma resposta a uma consideração crescente no mundo todo a respeito dos direitos de populações indígenas e outras populações tradicionais e da importância dos seus conhecimentos para a gestão ambiental. (ALMUDI & KALIKOSKI, 2009: 48)

Sendo assim, pode-se dizer que o conflito baseia-se na criação do Parque, uma vez que o SNUC não era vigente, não foi realizada de forma democrática, com diálogo com a população.

O resultado disso, segundo Adomilli, pode ser resumido assim:

O fato dos pescadores viverem e exercerem sua atividade dentro da área de preservação se apresenta em um contexto de tensão social, em decorrência do processo de implantação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, sobretudo no que se refere a políticas de gestão ambiental, mais precisamente, no que diz respeito a ecossistemas considerados ameaçados. (ADOMILLI, 2002:08)

---

<sup>9</sup> [...] causou um conflito entre os usuários tradicionais do recurso e os órgãos ambientais responsáveis pela implementação da área protegida. Isso porque a designação de Parque Nacional no Brasil não permite que as pessoas usem e extraiam os recursos naturais (Brasil, 2000). Entretanto, as comunidades pesqueiras tradicionais têm vivido no entorno da região da Lagoa do Peixe durante séculos, desenvolveram uma cultura única e um conhecimento detalhado sobre o meio ambiente local. (Tradução da autora)

Em seu trabalho de dissertação, Adomilli buscou resgatar as práticas socioculturais dos pescadores da Lagoa do Peixe frente aos processos que negaram a identidade social e política dos mesmos. O autor ressalta que a criação do Parque não considerou o conhecimento tradicional e a condição de vida dos pescadores de forma adequada, sendo característica de uma política conservacionista, a mesma já apontada por Diegues:

Vários parques e reservas ecológicas no litoral brasileiro foram criados sem consulta aos pescadores que vivem do uso de seus recursos naturais. Na verdade, se eles estavam preservados era precisamente pelo respeito que os pescadores artesanais têm pelos mesmos, dos quais dependem para viver. A criação dessas unidades de conservação tem levado sistematicamente à proibição das atividades pesqueiras e até a expulsão desses pequenos produtores de suas praias. Por outro lado, a fiscalização rigorosa sempre incide sobre o pescador artesanal, atuando menos a pesca industrial, os barcos de arrasto, as serrarias e madeireiras, as empresas de palmito, etc. (DIEGUES, 1995: 133,134)

A falta de consulta popular sobre a criação do PNLP, fato que ocorreu em outras localidades, como visto, transformou a vida da comunidade local e dificultou a sua real implantação. Por outro lado, após treze anos da criação do SNUC, da mudança de órgãos gestor (de IBAMA para ICMBio) e da criação, em 2012 da Instrução Normativa 26 (visa regulamentar as populações tradicionais nas Unidades de Conservação), ainda nota-se: (a) o conflito entre pescadores artesanais tradicionais e administração do PNLP continua e a temática é atual; e (b) por mais que existam estudos comprovando a tradicionalidade da comunidade pesqueira da Lagoa do Peixe (Adomilli, 2002; Almudi, 2008; Almudi e Kalikoski, 2009), os pescadores ainda não são reconhecidos como tais.

## **CAPÍTULO 2 – Senta que lá vem história: Perspectiva histórica dos Pescadores Tradicionais do PNL**

*“Quem me ensinou a nadar  
Quem me ensinou a nadar  
Foi, foi marinheiro  
Foi os peixinhos do mar”*  
**Milton Nascimento**

A região de Tavares e Mostardas foi habitada por comunidades tradicionais diferentes: comunidades indígenas, comunidades quilombolas e comunidades açorianas. As comunidades quilombolas e açorianas são as únicas que ainda habitam a região. Das comunidades indígenas restaram alguns vestígios arqueológicos que desde a década de 1990 vem sendo estudado por diversos arqueólogos, principalmente pela FURG. Como já dito, essas comunidades são tradicionalmente ligadas à pesca e à agricultura, ambas de subsistência.

A característica de ocupação do território do extremo sul era basicamente militar, com a fundação em 1737 do Forte Jesus-Maria-José, na atual cidade de Rio Grande, conhecida antes como Rio Grande de São Pedro. Sua ocupação pela Coroa Portuguesa se deu em função da disputa pelo território com a Coroa Espanhola. Essa região tem como características naturais os campos abertos (pampas), com leves ondulações (coxilhas), sendo assim, o regime de posse se deu nas grandes propriedades, sendo que a povoação foi baseada na imigração e na colonização. Segundo Luiz Henrique Torres, “o ano de 1752 é o referencial cronológico que assinala o desencadear da imigração açoriana para o Rio Grande do Sul, a partir de sua chegada ao porto do Rio Grande de São Pedro” (TORRES, 2004). Pertencente à Rio Grande, o município de São José do Norte foi emancipado o através do Decreto Regencial de 25 de outubro de 1831. A região de Mostardas e Tavares fazia parte de São José do Norte.

O fornecimento de gado e charque para o restante do país também foi uma característica do Rio Grande do Sul. Mas, as charqueadas em Pelotas e o caminho realizado pelos tropeiros tiveram principal importância para a ocupação e desenvolvimento da região em questão. Os negros na condição de escravos fugiam das charqueadas para criar as comunidades, originando as comunidades quilombolas. Na região do extremo sul existem muitas comunidades quilombolas e na região de Mostardas e Tavares não seria diferente, existindo muitas comunidades reconhecidas como quilombolas atualmente. O caminho realizado pelos tropeiros resultou em criações de inúmeras cidadezinhas no Rio Grande do Sul.

Antes da chegada dos colonizadores no atual território do Rio Grande do Sul, esse território era habitado por índios. Muitos deles foram “incorporados” ou escravizados com a chegada do colonizador ou formaram resistência passando a ocupar territórios desconhecidos ou de difícil acesso aos colonizadores.

Então, podemos dizer que a ocupação da região de Mostardas e Tavares foi realizada, em primeiro lugar pelos índios, após por quilombolas e açorianos. Como não é objetivo desse trabalho escrever a história desses dois municípios, não há uma preocupação na cronologia das ocupações, pois o importante, aqui, é o reconhecimento que essas comunidades existiram e/ou ainda existem na região. Sendo assim, afirma-se que a população dos municípios em questão são marcadas no social, cultural e economicamente por essas três diferentes populações: açorianos, quilombolas e indígenas.

### **Senta que lá vem história**

Para entender melhor a história da região, foi importante escutar alguns dos principais atores que atuam no parque. São eles os pescadores artesanais tradicionais mais antigos indicados por outros pescadores ou por funcionários do PARNA. Essa parte será dividida entre antes da criação, criação e implementação e pós-criação do Parque da Lagoa do Peixe.

### **Antes da criação do PNL**

Muitos pescadores do parque são naturais da região, mas alguns vieram de outras localidades, principalmente de Santa Catarina. Dos pescadores entrevistados, um era de Santa Catarina e os outros três, naturais de Mostardas ou de Tavares. Segundo o Entrevistado 1,

Sou natural daqui [Tavares]. Conheço a lagoa desde que nasci. Fiquei dentro dessa lagoa ai, desde 13 anos que eu pesco. (Entrevistado 2, 2012)

O Entrevistado 3, natural de Mostardas fala também de que sua família materna era natural da região e seu pai era de origem açoriana.

Eu sou natural de um lugar chamado Valinho (ou Valente), aqui adiante de Mostardas, 6 km. Eu me criei ali com a minha mãe, meus pais. Meu pai era português e minha mãe era daqui. E aí, encontrou com a minha mãe e casou. Prosperou pouco filho, também (risos). Nós somos 11, 7 mulheres e 4 homens. [...] O meu pai ele veio num barco desses aí. Não veio só ele, veio o meu bisavô também. Ele veio num barco assim, nesses barcos velhos que dão aí na praia, antigos. Eles vieram num barco desses. Dizem que o barco se terminou aí que com o tempo, não sei, deve ter uns quantos barcos. Aqui tinha um, lá no Capão Comprido, outro. Então ele veio aí atrás de aventuras e ficou por aí. [...] Minha mãe era daqui. Minha mãe era agricultora. O pai dela tinha uma olaria de tijolos. (Entrevistado 3, 2012)

Já o Entrevistado 1, habitante do Balneário Mostardense, é natural de Santa Catarina. Ele afirma que quando chegou à região veio por causa da Lagoa do Peixe, para pescar, pois a lagoa era conhecida por sua fartura e diversidade. A região entre Mostardas e Tavares, era formada por diversos balneários pequenos, em sua maioria, habitados por pescadores e, antes da criação do Parque a pesca era realizada não somente por naturais da região, mas por pescadores de fora.

Quando eu vim para cá eu tinha vinte e três anos, vim fazer vinte e três aqui, tinha vinte e dois anos na verdade. Sou de quarenta e sete, mas eu vim em 69 para Cidreira, cheguei lá dia 27 de dezembro e por 15 ou 20 de junho, não me lembro o dia bem direito, eu vim embora pra Coqueiro e tô até hoje. [...] Nós chegamos aqui, sempre vivemos de pesca, nossa pesca na época era de tarrafa, depois passou para rede, e estamos até hoje nessa luta de rede, agora é quase tudo rede, porque de tarrafa já quase não dá mais. E essa pesca de camarão na lagoa, nós vivíamos também. Então a gente viveu nesse pedaço aqui há 42 anos. [...] Nós vivemos na época em que isso aqui dava bastante peixe. E pescador eram cento e poucos, mais ou menos, essa quantia de pescador. (Entrevistado 1, 2012)

Quando o Entrevistado 1 chegou, já haviam muitos pescadores e para ele a maior parte não eram do local.

Era tudo gente de fora eu só conheci uma família gaúcha, que acho que tu conheces também, hoje ele é morto já. Aquela guria que trabalha com a gente, eles morava lá no Paiva. Era a única família que diziam que viviam de pesca, o resto das famílias não pescavam quase nada também. No mais, o pessoal que eu conheci aqui era tudo "catarina", quando eu cheguei tinham 8 famílias, até o Farol, tudo gente de Araranguá, de Sombrio, tudo família catarinense, vieram tudo na mesma época os que tinham mais velho ai, vamos dizer que fosse 70, que fosse de 65, eu acho, que seriam o filho do Adão, o Adão também veio, veio primeiro deve ter vindo em 67 por ai.

[...] Porque aqui era famoso, se chamava a Lagoa do Peixe, dava muito pescado, muito peixe, e não tinha pescador, não existia pescador na época. Ai essas famílias durante 5 e 6 anos vieram tudo embora para cá, vamos dizer que, dos anos 65 até 70 vieram essas familiares tudo. Quando chegamos aqui éramos 13 moços feitos, de maior, e tinha mais uns 10 ou 12 que já faziam rodeio na volta das gurias, (risos). E depois foram indo, foram saindo, saíram quase tudo e a única família que restou foi a nossa e a família do velho. [...] Foi assim, a maioria do pessoal foram saindo, saindo, foram embora para o norte, foram para Pinhal, pra lá e a maioria hoje já são mortos também. E hoje aqui nessa volta está só a nossa família, a família Vieira, e vamos ficar por aqui agora, quando meu pai morreu não tinha estrada, não tinha nada, levemos ele para se enterrar em Cidreira, não tinha como passar, tinha uma trilha lá perto de Coqueiro que passava, mas quando chovia a água dava embaixo o banco da carroça, como íamos passar como uma pessoa morta. [...] E nós vivemos de pesca foi muito bom, que dizer, era um lugar que dava muito peixe só que não se vendia muito bem. Eu casei também, casamos acho que os três lá em Santa Catarina o restou foi tudo aqui. Tenho três filhos, o mais novo casou agora pouco, os outros dois estão solteiros. (Entrevistado 1, 2012)

Como podemos observar na fala do Entrevistado 1, quando ele foi morar na região do Parque, existiam poucas famílias que eram locais pescando na beira de praia ou na Lagoa do Peixe. As famílias de fora teriam ido embora a partir da chegada do IBAMA restando somente duas famílias destas. Podemos salientar também que a precariedade da vida na região pode ser um fator para saída de muitas famílias. As famílias naturais da região que viviam da pesca, como ver-se-á na fala dos entrevistados mais adiante, eram poucas e não viviam exclusivamente da pesca. Um dos motivos é que não havia como estocar, armazenar o pescado e, também, não havia um comércio estabelecido.

Na fala do Entrevistado 1 notamos que havia muitos peixes, mas que não vendia-se muito e isso se dava por não ter a característica de comércio antes da chegada de pessoas de fora do local, ou melhor, de Santa Catarina.

Era meia dúzia. Depois que a população veio demais. De primeiro, vamos dizer, eram 30 pescadores que pescavam dentro da área do parque. (Entrevistado 4, 2012)

Era menos pescador, claro! Naquela época tinha menos gente era menos pescador, meia dúzia, peixe era de montão, camarão era de montão, pegava a vontade. Peixe eles comiam o tamanho que queriam, o pai conta assim, que dava baixa assim: "aquele, aquele ali são pequeno, vamos pegar maior" - o pai falava - "vamos pegar aquelas maior ali". Tarrafiar, no caso, na época não tinha rede, era tarrafo. Eles comiam só as grandes. (Entrevistado 2, 2012)

Como todos relatam, a pesca na Lagoa do Peixe e na beira de praia era realizada para subsistência das famílias locais, tendo como finalidade a alimentação mais que a comercialização. Por isso os pescadores explicam que a fartura era algo comum e que foi desaparecendo na medida em que começaram a virem pescadores de fora da região e com artes de pesca mais sofisticadas, pescando em larga escala. A arte de pesca exercida na lagoa para captura era a tarrafa, arrasto de coca ou trolha.

A pesca começou com um tipo de rede. Mas, antigamente não existia malha nem existia aquela linha "urca", era tudo feito de algodão. Puxava 10 metros tinha que tirar o camarão, porque era muito pesado aquele ali. Aí depois foi modificando. Depois passou pra tal de coca de arrasto. Aí depois a coca foi proibida por causa que a coca matava muita produção pequena, né? Aí criaram o tal de aviãozinho que é esse que nós trabalhamos hoje. Porque o aviãozinho, ele trabalha parado e ele classifica, o miúdo sai e só fica o bom. [...] Aquilo ali como não existia essas redes de nylon, que hoje em dia essas redes de nylon acabaram muito com o peixe. Porque o pescador vivia só com umas redinhas aí, com 15, 20 metros, tu não tem o que perguntar, porque, como já morreram tudo, os parentes já morreram tudo. Mas aquilo dava tanto miraguaia, tanta miraguaia ali que eles não, o que iam fazer com aquela miraguaia. Tainha naquilo ali tu não sabia o que fazer. Aquela lagoa da Velha Terra, aquilo ali não era lagoa, aquilo ali era um depósito de peixe. Aquilo eles diziam assim: "Vou lá na Velha Terra buscar peixe!". Porque era um depósito de peixe. (Entrevistado 3, 2012)

De arrastão, não tinha nada de avião. [...] Porque, primeiro, quando terminou o arrastão com a coca foi quando o IBAMA chegou ai que proibiu, né? De primeiro nós pescávamos tudo de arrastão de coca, direto. Mas faz o que? Muito mais de 20 anos? [...] E aí eu já posso te dizer que com 12 anos eu arrastava coca lá no Paiva. Só que, só que não era um negócio que nem hoje que vai aquela gurizada lá pro Tavares pra arrastar a noite inteira pra matar uma caixa de camarão. De primeiro nós encostávamos um cavalo com um carro chinha, dois lance e nós enchíamos o carro com 200 kg e ia embora. Porque o camarão não era essas coisinhas. (Entrevistado 4, 2012)

Quando indagados sobre a Lagoa do Peixe, todos os entrevistados reconheceram que ela mudou em questões como profundidade, fartura e diversidade de espécies. Na verdade, uma constante em todas as entrevistas e conversas é a referência à fartura que existia no local anteriormente. O camarão-rosa é uma espécie que ainda é pescada em grandes quantidades, mas todos relatam que em sua adolescência ou na geração anterior existia em maior quantidade e de maior tamanho. E, embora tenha sido antes da criação do parque, nenhum pescador atribui essa diminuição de espécies, de quantidade e de tamanho à chegada do PARNA. Pelo contrário, reconhecem

que a preservação do ambiente e da restrição, principalmente, do acesso aos pescadores de fora da região como um ponto positivo para permanência do recurso pesqueiro e, conseqüentemente, da sua sobrevivência.

A melhor coisa que eu encontrei na minha vida, pra mim ainda foi a Lagoa do Peixe. Por que com aquilo lá ninguém passava fome, sempre tinha o que comer, sabe, era um lugar muito bom pra poder viver. E a gente, com tudo que tirou lá, a gente foi agarrando amizade a aquilo lá. A gente não era pela fortuna que a gente arrumava, era por gostar daquilo lá, sabe? A gente gostava daquilo lá, gostava de ficar lá no verão, ia a praia, tirava um peixe, um marisco, pegava um camarão. E aquilo, antigamente, juntava muita gente, muito pescador, porque vinha pescador de tudo que era lado, né? De Santa Catarina, vinha a maior parte era de lá! E aquilo ali era uma coisa sem dono e ninguém era dono e quem chegava ali era dono. [...] Se aquela lagoa nunca secasse, era a coisa mais linda do mundo! Como se salvava muita coisa ali! Mas acontece que não se salva, por causa que ela seca. E cada vez que ela seca, cada ano que ela seca, ela modifica muito, sabe? O que eu conheci aquela lagoa e ali que dava água pela minha cintura, hoje é um combro de areia. Sabe? Ai quem pega aquelas pontes da Velha Terra - aquilo não é do teu tempo, aquilo é do meu tempo - quem pega aqueles pontilhão que sai pra praia, a última ponte que tem pro lado do mar ali tinha um sangão ali que ela tinha mais de 100 metros de largura. Era fundo que era coisa séria! Aquilo vinha na Velha Terra e desbotava no Costa. Mas era um enorme do sangão.. funndoo! Tinha que atravessar de caíco, de a pé não dava, porque tapava a gente. Com o tempo, veio uma veia de areia de lá e tapou aquilo tudo. Hoje tu pisa por cima daquele sangão, hoje é estrada. [...] Aquilo ali, rapaz, peixe naquele sangão que ele cruzava lá pro paiva. Tudo era fundo aquilo ali. Hoje tudo é areia aquilo ali. Então, quer dizer, que a lagoa do Peixe, cada ano que ela seca é um fracasso na vida dela. Ela não é nem a metade daquela lagoa do Peixe hoje. Ela tá por metade, aquilo lá. [...] Olha aqui! esses banhados aqui é outro que também tão terminado, compreende? Tão terminado! Porque eu conheci esses banhados aí, tudo uma coisa, era uns enormes banhados! Era um banhadasso que tu nem sabia que tinha no meio dele, porque tu não ia lá. E tão tudo terminado. Areia veio, areia do leste veio e veio da praia. Cheio de areia e foi comendo e foi aterrando tudo que é lagoa. A lagoa do Veiana era uma enorme de uma lagoa. Funda, rapaz! Esses tempos tive lá e não reconheci. "Isso aí é a lagoa da Veiana.." "Mas assim desse jeito?" E ele disse: "É, tá assim! A areia aterrou tudo!". A lagoa do Costa, também, aterrou tudo! E essa parte aqui ficou tudo pequeno, ficou tudo dominado, a areia tomou conta de tudo aí. E se foi a Capão Comprido. [...] Porque o que abastece ela com peixe e camarão é o mar que a barra tá aberta ele entra e vai sempre, né tchê! Mas vai chegar um ponto que não vai ter mais nada. Porque vai ta tudo em lagoinhas pequenas. Cortada, assim fica cortada. Eu não digo que seja esse ano, nem daqui há dois anos, mas com o tempo fica (Entrevistado 3, 2012)

Notamos que as características naturais do parque estão constantemente em modificação. Mas, mais que isso, nota-se que o conhecimento dos pescadores mais antigos se dá por base de observação da natureza, visualizando como esta se modifica e entendendo sua lógica, agindo

de acordo com ela. A importância da Lagoa do Peixe para esses pescadores se dá em função do desenvolvimento da sua cultura, sociabilização e conhecimento através da transformação da natureza em trabalho. Ir pescar é mais que tirar o peixe, o camarão, o siri da Lagoa. É nessa atividade que se criam as relações sociais entre a comunidade, criando significados e simbologias que são construídas de acordo com seu trabalho.

O Entrevistado 3 e o Entrevistado 4 são os pescadores mais antigos entrevistados e são naturais da região, como já salientado. Por isso, quando são indagados a respeito de aspectos da pesca ou da região de tempos atrás, eles contam a história a partir, mais ou menos, do início da década de 1940 até os dias atuais. Isso pode ser observado devido suas narrativas sobre artes de pesca, questões naturais da lagoa, questões da cidade, entre outros. O Entrevistado 2 se encaixa, em termos de narrativa, nessa mesma linha, mas pode-se notar, também, que apresenta mais aspectos ligados à história contada oralmente do que os anteriores, porque a figura do seu pai é uma constante em suas histórias. Já quando conversamos com o Entrevistado 1, nota-se que a partir da década de 1940 ou 1950, começaram a chegar famílias de fora da região, principalmente de Santa Catarina, para pescar. Pode-se dizer que algumas famílias passavam temporadas de pesca e iam embora e outras poucas famílias fixaram residência nos municípios do parque, caso da família do Entrevistado 1. Mas, por não ser da região que a perspectiva do Entrevistado 1 é, as vezes, diferente nos mesmos quesitos que os naturais.

A lagoa teve uma mudança, ela tá bem mais baixa. Ela era bem mais funda. E essa mudança, nem eu que vivi esses anos todos aqui, não sei por que ela baixou, ela baixou muito. Essa Velha Terra era um pouco mais funda. E ela baixou muito, claro que vem vindo areia, que vai indo, vai indo, vai acumulando. Porque dizem que a uns 50 ou 60 anos atrás essa lagoa era bem funda, não sei, porque eu conheci há 50 anos eu conheci ela. Eu vim, na época morava até em Araranguá, tinha uns 16 anos, pesquei lá da barra para cá, até eu ia pescar lá no canhão. Aí eu ia passar a Barra pro outro lado com o caminhão, mas não deu. Eu fiquei bem no Lagamarzinho. [...] Falavam muito da Lagoa, mas estávamos só na praia, então um primo meu de 15 anos, me convidou para ir na Lagoa, mas nossos pais estavam juntos, o meu e o dele. Isso seria em 64, eu acho ou 65. Eu aceitei e nós fomos, nossos pais diziam que íamos se perder, mas nós não conhecíamos a lagoa. Chegamos lá na lagoa e ia começando a anoitecer. O cavalo naquela parte da Lagoa, aquilo era um dilúvio de cavalos. [...] Entramos na lagoa, mas com medo, né? Enquanto era dia ainda dava pra ver, depois que era noite não dava pra ver nada. Tava com medo de cair no fundo. Fui criado em lagoa, mas com

canal, eu ia saber que não era funda. Saímos e encontramos umas tainhazinhas pulando, peixinho miúdo. Daí dei umas três tarrafas e caí em cima de uns peixe – a Barra tava aberta e tava bem forte – eu botei a tarrafa e não tinha ninguém naquela lagoa. Os caras iam pegar o camarão, mas era lá mais pra perto da Barra e naquela época era só de Trolha, de Coca. Eu comecei a encontrar aqueles peixes e botava a tarrafa e os peixes faziam um barulhão, meu primo queria correr. Mas, dei meia dúzia de tarrafada e me enchi um balaio grandão e um saco, e fomos embora, nunca vi tanto peixe na minha vida. Naquela época era a Lagoa do Peixe. Quando vim para cá vim com esse pensamento, e ainda tinha bastante peixe, mas não era a mesma coisa do que eu vi quando tinha 16 anos, mas tainha sempre deu, podia ser verão ou inverno, tinha dias que tinha uma onda aqui na beira e tinha tanto peixe que a onda não conseguia quebrar, o peixe era direto, a tainha no caso, era inverno e verão, mas começou a mudar e o troço começou a apertar cada vez mais. (Entrevistado 1, 2012)

O Entrevistado 1, antes de residir em Mostardas, já havia estado na região por conta de sua família que pescava na beira de praia. As temporadas de pesca para quem não era da região, pelos relatos, eram bastante comuns. Percebe-se que quando a sua família foi residir permanentemente em Mostardas, buscavam a mesma região que quando vinham passar temporadas para pescar. Mas, ao chegar ao município este já tinha características diferenciadas das experiências vividas anteriormente. Isso pode ser tanto resultado de uma lembrança do local de forma diferenciada da realidade, quanto pode ser um indício de que a sobrepesca na região transformou a Lagoa do Peixe. A última afirmativa é mais provável. Com relação às características naturais e aspectos da estrutura da região, o Entrevistado 4 nos diz:

Hoje, o corpo do Lagamar, tu sabe o que é o corpo do Lagamar, né? É a parte funda dele, do lodo. A passagem de primeira era mais funda do que hoje. Depois de barra aberta e eu um gurizote com 14 anos, 13 anos, eu puxava corda, corda pra enfiar a tainha. Hoje tá morto. Mais um tu conheceu bem, ali no Zé Camilo. E eu já era um gurizote ali no fundo do Costa, eu entrava a água dava aqui assim, ó, em mim ó. E meia dúzia de tarrafada nós enchíamos aquelas cordas de tainha, só tainhão e ia embora. Linguado nós matávamos um. Nós morava ali no mato do Costa e plantava cebola e eu saia lá do banhado, só tinha um cavalo, ia lá e figava só um linguado naquela passagem ali. E dava pra contar eles, assim, no meio de dezembro. Eu pegava um só pra trazer pra fritar pro almoço e dava janta também. Por que não tinha gelo, não tinha luz, não tinha nada. Quando nós morávamos lá no banhado, nós não tinha: um fogão a gás, era fogão a lenha; nós não tinha um banheiro; nós não tinha uma bomba pra tira água, a água era de vertente, de vertente mato molhado. Nós fazíamos uma cacimba na beira daquela vertente e pegava aquelas “parrica”, tirava o fundo e tirava a água. Dois tubos, por exemplo, e botava ela ali. E era da onde carregava água pra

fornecer lá em casa. É, não se tinha nada na época. Ai não se podia matar o peixe. Mas tinha de fartura. Precisava vocês verem a fartura que era aquilo. Estrada. Por exemplo, praia do Lagamarzinho e praia do Paiva, que não tinha aquela estrada ali. Era só onde nós passava e naquele tempo não se tinha carro, não se tinha nada, era puxado a boi, carreta, rancho de roda. Só tinha que passar ali, porque se passasse pro outro lado que tinha uma "badoega", e eu não sei porque que terminou aquele "catanhão" naquele banhado, "catanhão", aquele, sabe? Tipo um siri? Aquele que fazia o "tremedalho"? Era tudo um em cima do outro e era muita quantidade. Então se saísse ali, atolava a carreta, atolava o boi, atolava o cavalo, atolava tudo naquele lado. E tinha uma "badoega" grande, farta assim, "bardoegão". Que era onde, quando juntava água bastante, era onde a miraguaia vinha e esquentava o solo. Saía lá do fundo do Lagamar, dos peral do Lagamar e vinha pro meio daquela "bardoega" que deitava bicho com 30 kg, 40 kg. E aí ele era figgado, ele era figgado com arpão. Pau de camboim do mato molhado e ali era preparado um arpão, assim ou maior, e com a barba bem grande. Preparado em terra. E aquilo ali tinha uma prática aquele pessoal ali mais velho que largava o arpão como daqui aquela camionete ou mais por cima, figgava ela no lombo. Mas ela ainda lutava muito, pra cansa, pra pega ela. Ela lutava muito. E aí pra mata um bicho daqueles, tinha que juntar 5, 6 moradores pra filetiar e cada um levava um pedaço pra não estraga, né? (risos) Se não ia fora. Era assim a vida daquele banhado, só que modifíco tudo! (Entrevistado 4, 2012)

Essa fala do Entrevistado 4 apresenta elementos de socialização e de solidariedade entre as famílias vizinhas através da divisão do peixe. Além de expressar a questão da fartura, nos apresenta elementos da intimidade entre a agricultura e a pesca, uma característica de quem é natural dos municípios. Os pescadores não tinham estrutura para pescar em grandes quantidades, em grande parte, devido à pouca capacidade de armazenamento, por conta de falta de meios para conservação. Havia precariedade nas necessidades básicas, pois não tinha esgoto, água tratada e energia elétrica. Para consumo do pescado fresco tinha que ser dividido entre a comunidade, pois não havia como produzir gelo. Para armazenar por um maior período de tempo, inclusive para venda do pescado, era utilizada a técnica de salga.

Na época, eles pescavam, mas não tinha o comércio que tem hoje né? Na época pescavam, era salga. Era tudo salgado e iam pro Lagamar pescar e traziam em carreta de boi, na época não tinha carro, na época do meu pai. Eles iam lá pra Velha Terra, onde eu to pescando, de carreta de boi, três, quatro carreta de boi. Nem lona não tinha, era coró do próprio bicho que eles faziam barraca, carneava o boi e secava e armava por cima da carreta e deu. Eles ficavam de baixo. Pesca, pescavam lá, levavam sal. Sabe sal, aqueles sacos de sal? O sal vinha de fora. Salgava o peixe e depois levava pra casa, na época não tinha comércio, né? (Entrevistado 2, 2012)

Utilizavam a carreta de boi para se transportar, indo vários pescadores juntos, para realizar o acampamento, na época mais precário que atualmente. Para fazer a barraca, muitos utilizavam o próprio couro do boi carneado em outro acampamento. O beneficiamento era realizado na beira da Lagoa e, ao que tudo indica, essa era uma atividade familiar. O Entrevistado 4 conta como era realizada a salga:

[...] E ai vinha aquele pessoal de São José do Norte, vinha de comprador. A maior parte do camarão era seco, na esteira, salgava.. e eu acho que a meta "saquari", esses saco de batata, inglesa, que é bem ralinho, e de primeiro se achava, assim na largura assim ó, um pano e ai se fazia as esteira e cortava e fazia a esteira. Fervia o camarão, botava naquelas esteira no sol quente lá seca. Pegava o sal, botava por cima, ficava salgado e depois tu ia só mexendo com o camarão no sol quente. De noite, tu recolhia o camarão e guardava num galpão, num negócio. No outro dia tu fazia tudo de novo com aquele trabalho até ele seca bem sequinho. Depois botava naqueles sacos e ia pra Rio Grande, pra ir pra esses lados, levava aquele camarão todo. Camarão salgado. E era assim que funcionava. (Entrevistado 4, 2012)

Ou seja, depois de salgar, muitos pescadores vendiam o pescado para outros municípios ou mesmo para o comércio da região. O Entrevistado 1 diz que a partir de 1980 começou a venda do pescado fresco.

Na época em que eu cheguei aqui era tudo no sal, até 1985 por ai, não, em 1980 já começaram a comprar peixe fresco. Vinha um cara do Arroio do Sal, que tinha uma câmara fria e boto na beira da praia. Ali do Pai João pra lá. Esse cara parava ali e comprava o peixe nosso. Mas, até antes disso, era tudo no sal, depois ele começou a comprar esse peixe fresco ai e foi indo. Com o tempo começou a aparecer mais pessoas comprando. Hoje não se salga mais peixe, nem mais nada. Esse povo de Mostardas mesmo adorava o peixe com sal. Hoje não tem mais. (Entrevistado 1, 2012)

E a partir dessa época, a venda tanto do peixe quanto do camarão começou a ser realizada na despesca. O que acabou por modificar a cultura culinária e comercial da região. E, com isso, surgiu a figura do comprador, conhecido hoje, como atravessador. Este tem como característica o fornecimento de utensílios, petrechos de pesca, alimentos, dentre outros, para os pescadores, garantindo a compra do camarão ou do peixe e vendendo os produtos de forma mais cara que no mercado.

Naquela época, naquela época, nós vendíamos o camarão verde. Tirava lá das redes, chegava ali 6 horas, já tava o comprador ali, vendia, carregava e ia embora. 30 dias por aí eles pagavam a gente, né? Mas eles forneciam tudo pra gente. Se precisasse de um rache

de boia, se tu precisasse de gás, se tu precisasse de uma manga de liquinho, se tu precisasse de liquinho, se tu precisasse de camisa, palitinho ou pilha, essas coisa, eles traziam tudo, né? (Entrevistado 4, 2012)

No estuário da Lagoa dos Patos essa prática é recorrente. Muitos pescadores da Lagoa dos Patos que moram em Tavares ou em Mostardas dependem da figura do atravessador. Mas, atualmente, os compradores não podem entrar na área do PARNA e, por isso os pescadores cadastrados não dependem do atravessador.

A região do atual PNLP sempre foi um local de estrutura precária e, por isso, conservou muito de suas características naturais. Algumas modificações ocorreram como a abertura de estradas, asfaltamento da “estrada do inferno” – BR-101, chegada da energia elétrica, dentre outros, construção de hospital e postos de saúde, etc. Mas, anterior a isso,

Antigamente, esse município [Mostardas] não tinha uma estrada, ele não tinha uma comunicação, ele não tinha nada. A pior coisa é que era tudo a pé. Por que tinha um caminhão que fazia a linha aqui, mas se a gente saía, não sabia quando chegava, porque a estrada era ruim, então as coisas modificaram muito. [...] Antigamente era horrível, porque quando tinha uma pessoa doente, levava pra Rio Grande. Então tinha que arrumar uma carroça e um cavalo pra levar lá no Rio Grande. Levava 3, 4 dias, aí chegava com o doente lá. É.. numa carroça e num cavalo. E, hoje, não sei, tem tudo aí, e leva duas horas daqui até Rio Grande. (Entrevistado 3, 2012)

A modificação na estrutura do local, com construção e manutenção de estradas, até mesmo a que liga o Balneário Mostardense à cidade e a estrada do Talha-Mar que passa pela Velha Terra, ambas no território do PNLP, fez com que a distância entre os locais diminuíssem, sendo possível trafegar veículos. Então, na opinião dos pescadores a melhoria na infraestrutura do local melhorou suas vidas.

Então, quer dizer evoluiu um monte, melhorou bastante e não da mais para reclamar, isso aqui era um deserto, a solidão é mais lá, mas aqui, isso tudo aqui era a solidão. Eu mesmo saía. Gostava de sair e jogar futebol, eu viajava quase 50 km de distância a pé pra jogar futebol. Terminava de jogar e vinha embora, até era torneio. E no outro dia, as vezes chegava de noite e não tinha rede na água e tinha que botar, e de manha ia puxar rede, trabalhava 3, 4 horas puxando rede. Hoje eu até tenho problema de coluna no mais não, tenho saúde graças a Deus. Mas eu sofri! (Entrevistado 1, 2012)

Ou seja, os pescadores tinham que caminhar muitos quilômetros para participar de alguma atividade, como por exemplo, campeonatos de futebol ou

festividades religiosas. Isso por que muitas vezes, não era possível atravessar com carreta de boi ou com outro veículo por causa da condição da estrada. E, após o evento, muitos voltavam e trabalhavam na pesca.

Pelo que foi visto nas visitas à comunidade, houve uma ruptura entre a agricultura/pecuária e a pesca. Pode-se dizer que quem vive da pesca, não é mais necessariamente agricultor e vice-versa. Não está se levando em conta quem cultiva hortas ou cria animais para consumo próprio. Isso está muito presente na fala de todos: por mais intimidade com a agricultura e pecuária que tenham tido, isso foi abandonado em função da própria pesca. A questão da horta para consumo próprio é uma constante, sendo notada através do cadastro de pesca de 2011, onde a maior parte dos pescadores cultivava horta nas suas residências com alguns animais como galinha, porco e cavalo. Ou seja, na maioria das casas existem hortas ou criação animais para o consumo.

Assim, estruturam suas vidas entorno do ambiente natural. A partir do momento que há a possibilidade de proibição tanto do uso quanto do acesso, essa população modifica seus costumes, seus atos. Isso se dá por ser um grupo dependente do ambiente para sobrevivência, de maneira direta e convivendo na zona rural e não urbana e, mesmo os moradores que habitam a região urbana, estão intimamente ligados ou à pesca e/ou à agricultura. Isso por se tratar de uma população tradicional, como já discutido. Esses pescadores entendem, através da observação, qual é a melhor época para pescar, para abrir a barra, quando se pesca determinado tipo de espécie, etc, sendo esse conhecimento passado de geração a geração por meio da oralidade.

Vê-se uma inquietude em relação aos problemas atuais do parque, pois na busca pelos fatos passados, os pescadores destacam e comparam com a problemática atual usando-a como marco ou como referência.

### **Abertura da Barra da Lagoa do Peixe antes da criação**

A abertura da Barra da Lagoa do Peixe pode acontecer de forma natural, se o clima colaborar, ou de forma artificial. Localizada no município de Tavares,

desde que se pensa em pesca na Lagoa do Peixe, pensa-se na abertura da Barra. Essa atividade foi marcada pelo conflito entre pescadores e agropecuaristas e, ainda hoje é marcada por esse conflito com mais um ator: o órgão gestor do Parque.

Antes do asfaltamento da BR101, o tráfego era realizado por dois locais: pela estrada do Inferno (BR101) ou pela praia, a partir do Mar Grosso – SJN. O caminho realizado pela praia era mais rápido, sendo que ela continha melhores condições do que a estrada do Inferno. Mas, ao mesmo tempo, necessitava de conhecimento sobre ventos e marés para não correr o risco de não conseguir trafegar. Com isso, o local da Barra da Lagoa era um local de passagem, pois a barra fica fechada em determinado período de tempo e depois abre, naturalmente ou não.

[...] Peguei a mulher e os filhos e fui morar na praia. Com o tempo o caminhão não viajava aqui porque aqui não tinha estrada e viajava tudo pela praia e aí os caminhoneiros iam tudo lá pedir um prato de comida, o outro, casa, aí eu comecei a me criar daquilo ali, compreende? Dando um prato de comida pro caminhoneiro e o caminhoneiro também me ajudando muito e depois o prefeito botou um coleginho lá pra minha mulher lecionar e eu fui "tapiando" aquilo ali. Fui indo e fiz uma moradia muito boa, muito bem organizada, com hotel. Eu botei motor, botei luz, botei tudo, botei cama, aí melhorou a coisa! (Entrevistado 3, 2012)

Com o tempo, a Barra se tornou um local de passagem de caminhoneiros e viajantes, mas, por ter profundidade e força, quando estava aberta, não havia como atravessá-la com caminhão ou carro. Isso gerou uma movimentação no local maior do que os outros balneários entre Mostardas e Tavares. Por isso, no local tinha um bar e um hotel, além de outras residências.

Tinha gente morando na barra quando eu cheguei lá. Mas aqueles que moravam lá não existe mais. Quem não morreu foi embora, sabe? Parece que daquela turma mais antiga o que tá vivo ainda sou eu. O resto morreu tudo. [...] A abertura da barra faziam de pá. Os pescadores ajudavam, mas aquilo ali mais eram os agricultores. Por causa que as águas invadiam os campos deles e os agricultores é que juntavam, assim, marcavam o dia: "Tal dia nós vamos abrir a Barra!" Aí nós juntávamos ali 20, 25, 30 pescador, agricultor e juntava uns pescadores e abria de pá. Cada um com a sua pazinha lá abrindo. [...] As vezes começava de manhã cedo e eles deixavam a barra toda prontinha. Porque eles gostavam de largar a barra com o vento nordeste daqui, né? Por causa das águas que carregavam pra lá. Aí quando chegava o vento nordeste eles iam lá e abriam aquela comporta, porque eles deixavam um tempo a água não sair. Aí quando dava um nordeste eles abriam as partizinhas pequenas com a pá e a água ia embora. Depois de pegar força ela não tinha mais

perigo. Então, por isso que eu te digo que os tempos mudaram. Hoje é tudo a base da máquina, é retroescavadeira.. coisa que se levava 2, 3 dias pra abrir de pá, hoje abre ai em 2, 3 horas, né guria? [...] Trabalhei muito de pá! Trabalhei muito de pá! Éé. A última vez que aquela barra foi aberta de pá foi ali por (pausa pra pensar hehe).. éé.. foi ali por mais ou menos 65, o último ano que ela foi aberta de pá. (Entrevistado 3, 2012)

A abertura da Barra, quando acontecia artificialmente, era um evento entre os pescadores e agropecuaristas. Normalmente levava mais de dois dias para abri-la totalmente e precisava de muitas pessoas. O conflito entre os pescadores e os agropecuaristas se dava e ainda se dá, por causa do camarão – se não tiver na época certa de abrir a Barra não entra camarão –, e do gado, do arroz e da cebola – se houvesse muita chuva, os campos alagavam, prejudicando essas atividades.

Antigamente, a abertura da barra não era com máquina, não era com nada, era com nós mesmos. Eu era pequeno, mas eu ia pra lá. O pessoal da parte da agricultura que morava no mato da Costa ali e que tinha os campos de banhado, enchia, enchia. Daí a pecuária deles ficava mal, o gado. Ai eles iam pra abrir a barra pra esgotar, pro banhado fica bom pro gado e ter bastante campo pro gado. Então fazia o seguinte: De primeiro não existia caminhão e nem Jeep, nem carro. Não, não existia. [...] Nós íamos até lá a beira da lagoa e lá tinha os pescadores da barra de caico. E nós íamos lá pra barra. Levava carne de sol. Aqueles fazendeiros da Costa, davam uma vaca, carneavam. Nós levava carne, o resto de boi era tudo com eles. Nós levava dois dias cavando de pá pra abrir a barra. A barra era aberta assim e dava barra boa. Tava solucionado o problema do banhado. Secava, ficava só na parte do Lagamar e o pessoal de campo tava cavo e o gado que tinha pastagem boa e tudo. Era assim que funcionava. [...] Os pescadores eram considerados. Era com os pescadores. Aqueles pescadores da barra, aqueles que conheciam como é que ia ser aberta a barra. Porque a barra não era, até os dias de hoje, não é só abrir. Porque as vezes se tu abrir ela mal, ela vai aterrar de novo. Ela tem uma maneira de abrir pra dar uma barra funda e boa de largura. Até hoje é assim. Olha, o Jair aquele que tava lá é um dos cabeça. E aquele conhece, mora dentro da barra, foi criado ali, nascido ali, é nato dali. Se chegar hoje lá e pergunta pro Jair aonde nós podemos abri a barra ele vai dizer: "Não, não abre ali porque não vai dar barra boa!". Tanta vezes que abriu pro lado do nordeste, as vezes é obrigado a abrir pro lado sul pra dar barra boa. Não pode abrir com lagoa baixa, tem que abrir com lagoa com muita água e com vento nordeste ainda. Não pode ser outro vento, pra dar vasão de água, né? Tem tudo isso. (Entrevistado 4, 2012)

Os pescadores que determinavam quando era realizada a abertura por terem o domínio e o conhecimento dos ventos, do local preciso, da forma de abrir, etc. Sem esse conhecimento a Barra ficaria propícia a aterrar novamente. Pelo que se nota, no acordo entre os agropecuaristas e os pescadores, os

pescadores eram mais escutados/considerados do que após a criação do parque.

Ali era sim, o pescador que mandava, ali o pescador mandava quando era para abrir, se a barra tinha muita água, era parecido com agora. O agropecuarista, também, para criar a criação, eram as pessoas que eram prejudicadas, que enchia os campos. Às vezes o pescador não queria abrir, mas daí via que estava prejudicando o povo lá da criação e aí abria a barra. Então, era mais ou menos igual a agora com o IBAMA, que tá sendo negociado também. Tinha a Prefeitura, tinha o pescador pra abertura da Barra. Sempre tinha aqueles pescadores meio petulantes que metiam a pá lá e abriam. Uns 4 ou 5 e ficava por isso mesmo, hoje é diferente, porque envolve a Prefeitura, o IBAMA os pescadores e fica aquela briga toda, né? Mas pra abrir a Barra sempre foi mais ou menos parecida. Sempre envolveu alguém e o pescador sempre achava que era o dono, então a primeira opinião era dele. Os pescadores às vezes querem abrir a barra numa época porque acham que é melhor, o IBAMA não deixa, a abertura na época era o pescador que fazia, hoje é o IBAMA. Então já botou mais gente no meio, né? Foi só o que mudou um pouco, a entrada do IBAMA. E a abertura da pesca que mudou. Antes era o pescador que fazia, hoje é o IBAMA, que sempre segura mais um pouco. (Entrevistado 1, 2012)

O conflito que ocorre na abertura da Barra da Lagoa é ainda atual, tendo entrado na disputa o órgão gestor do parque. Mas, esse conflito, como muitos outros que ocorrem entre os pescadores e o parque gera a ilegalidade. Por o órgão gestor não permitir a abertura da barra em alguns anos, tinham pescadores que “metiam a pá e abriam” (Entrevistado 1, 2012).

Sendo assim, podemos dizer que a existência da Lagoa do Peixe se dá em função da abertura artificial da Barra da Lagoa, ou seja, por causa dos pescadores e agropecuaristas. Pois, se eles não abrissem artificialmente, a Lagoa do Peixe poderia estar seca ou ainda mais baixa e menos farta, acabando com o próprio parque que leva o seu nome, sem ser berço para as espécies ou local de descanso/passagem de aves.

### **Análise da criação e transição do PNLP**

O PNLP foi criado, por Decreto, em novembro de 1986. O principal objetivo da criação foi a preservação das espécies de animais, principalmente, aves migratórias e, também, a preservação das Áreas Úmidas, “sendo uma

importante contribuição do Brasil à Campanha Internacional para a preservação destas áreas” (Plano de Manejo fase 2, 1999: 31). Foram realizados diversos estudos na região que resultaram na criação do Parque e sua inclusão em diversas categorias de preservação.

Estudos realizados pelo CEMAVE (Centro de Estudos de Migração de Aves), órgão ligado ao IBAMA, na área da Lagoa do Peixe por mais de 10 anos, foram de indiscutível relevância para a criação deste Parque Nacional. Este fato possibilitou que o mesmo fosse incluído em 1991 na Rede Hemisférica de Reserva de Aves Limícolas pela International Association of Fish Wildlife Agency na categoria de Reserva Internacional. Os ecossistemas componentes desta estreita faixa de terra entre a laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, onde está o PARNA da Lagoa do Peixe, apresentam particularidades e tributos que lhes conferem grande importância em nível mundial. Por este motivo a região, onde está inserido o Parque, foi tombada em 1992 pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, e o Parque foi incluído na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na categoria de Zona de Núcleo. Este diploma é concedido pela UNESCO, dentro do Programa MAB (L’Homme et la Biosphère) através do COBRAMAB Comitê Brasileiro do Programa Homem e a Biosfera e representa o reconhecimento oficial da UNESCO sobre a importância deste ecossistema para a sobrevivência da vida no Planeta. (Plano de Manejo, 1999: 31)

Em 1993, o PNLP foi incluído à Convenção de Ramsar (convenção sobre zonas úmidas de importância internacional), estabelecendo marcos para ação nacional e cooperação entre países visando à preservação de áreas úmidas. E em 1998, o parque passa a ser considerado área piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS, sendo que em 1999 se torna posto avançado (Plano de Manejo fase 2, 1999:32).

Notamos que a importância de preservação da região da Lagoa do Peixe é indiscutível em escala mundial, fazendo parte de políticas e acordos internacionais e melhorando a relação do Brasil para com o mundo. Mas, a criação de Parques Nacionais no Brasil faz parte de uma ideologia carregada de *mitos modernos* advindos das relações entre o ser humano e a natureza, marcados pelos processos globais que causam a degradação ambiental (DIEGUES, 1996). Esses mitos fazem com que a sociedade ocidental, principalmente alguns movimentos ambientalistas, criem representações, mitos e simbologias com objetivos de estabelecer *ilhas intocadas* para serem admiradas e reverenciadas pela população urbano-industrial. Ou seja, não considerando ou incluindo as populações tradicionais, rurais que utilizam o

território para subsistência. O modelo de parques nacionais importado dos Estados Unidos, no Brasil teve as mesmas características,

Também no Brasil, os parques nacionais e categorias similares são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, devendo possuir atração significativa para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental. (DIEGUES, 1996: 116)

De acordo com o Plano de Manejo (fase 2, 1999), o PARNA da Lagoa do Peixe também teve/tem como objetivo, depois de sua implementação, de oferecer a oportunidade de recreação e educação ambiental. Além disso, notamos, no mesmo documento, a constância da preocupação com a beleza cênica da região e a importância da desapropriação das terras e balneários pelos moradores locais.

Estes balneários são bastante impactantes ao meio natural pela produção de lixo, contaminação das águas, alterações no comportamento das dunas costeiras e transformação visual da paisagem. A remoção destes assentamentos exige um estudo aprofundado das características da população atingida e da busca de soluções para a subsistência das famílias que hoje dependem das atividades econômicas exercidas dentro do Parque. Cabe ainda salientar que, o município de Tavares teve quase toda a sua faixa de praias marinhas englobadas dentro da área do Parque, sendo necessário achar uma solução para este tipo de lazer para o município. Na remoção dos balneários, será necessário transportar as casas de madeira para o novo local, demolir as construções de alvenaria, limpar o entulho decorrente, remover a vegetação exótica existente e limpar as areias da faixa costeira retirando o lixo inorgânico. Existe a proposta entre o órgão IBAMA - Mostardas, FURG (responsável pelo PLANO DE MANEJO) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel de estudar o deslocamento dos balneários existentes dentro do PARNA para um local apropriado e com a infra-estrutura adequada. O projeto de reassentamento a ser realizado pela UFPel permitirá a regularização do mesmo perante a FEPAM e o SPU (Serviço de Patrimônio da União). (Plano de Manejo – fase 2, 1999: 45)

Notamos que existia a preocupação com a desocupação da área desde a criação, visto ser uma área de preservação permanente e não permitir usos no interior do parque. Mas, no documento não há uma preocupação explícita com os moradores que utilizam a região para sua subsistência, sendo esses desconsiderados. Há, sim, uma preocupação com os veranistas ou visitantes, sendo muitas vezes, o pescador ou o agricultor considerado parte desse grupo. Isso é resultado da prerrogativa de um parque ser pensado para as populações externas à região. Ou seja,

Tanto aqui [Brasil] como lá [Estados Unidos], o objetivo é conservar uma área "natural" contra os avanços da sociedade urbano-industrial, sem se atentar para o fato de grande parte dessas "áreas naturais" estarem sendo habitadas por populações que nada têm de "modernas" e "tecnológicas". Ao contrário, em sua maioria são populações que vivem de atividades de subsistência, com fracas vinculações com o mercado e com pequena capacidade de alteração significativa dos ecossistemas. (DIEGUES, 1996: 116)

E foi o que ocorreu e ocorre no Parque da Lagoa do Peixe. Não é e nem foi considerada a população tradicional que vivia na região e subsistia do ambiente natural do parque. Sendo, por isso, que a maior parte das políticas que existem para essa população, principalmente a de pescadores, é a de "expulsão" do território.

Em 1994, oito anos após a criação do PNL, já haviam sido desocupadas ou abandonadas muitas residências que existiam nos balneários de Mostardas e Tavares. Segundo Almudi (2008), o "abandono" dessas residências ocorreu devido a uma pressão exercida pelos funcionários do IBAMA, pois a área seria desocupada em algum momento, sendo essa ação percebida na fala dos pescadores.

Aquele parque ali, ele foi criado assim: Ele começou nos anos (19)70, aquele parque, nos anos 70. Inauguraram ele em 86. Ele levou, o que? 14 anos? Até chegar ao ponto de ficar parque? Eu trabalhava lá e tinha um... um homem que me disse... que eles tavam criando toda a documentação, porque aquela lagoa ali, a maior força, ela não tinha dono, sabe? E eram muito poucos que eram proprietários das terras. Então, a documentação ia até ali um pedaço da lagoa, da metade da lagoa pra onde a lagoa terminava, pra frente não. Outros tinham documento que ia de mar a mar, sabe? Então, mas era, era muito pouco que, assim, que tinham terras ali na Lagoa até chegar na praia, a maior força não. Ai com o tempo o caminhão não viajava aqui porque aqui não tinha estrada e viajava tudo pela praia e aí os caminhoneiros iam tudo lá pedir um prato de comida, o outro casa, aí eu comecei a me criar daquilo ali, compreende? Dando um prato de comida pro caminhoneiro e o caminhoneiro também me ajudando muito e depois o prefeito botou um colequinho lá pra minha mulher lecionar e eu fui "tapiando" aquilo ali. Fui indo, fui indo. E fiz uma moradia muito boa, muito bem organizada, como hotel, eu botei motor, botei luz, botei tudo, botei cama, aí melhorou a coisa! Aí depois eu, eu vi que o IBAMA já tava medindo, porque eles paravam comigo e me explicavam muito pra mim. "Seu João, o movimento aqui vai se terminar! Vai terminar esse teu movimento aqui. No ramo que o Senhor tá não vai dar mais, porque vai chegar um ponto que o IBAMA não vai deixar ninguém entrar no arredor do Parque e esses caminhoneiros que o Senhor tem vindo eles vão passar a viajar pelo interior, o senhor vai viver do quê?". Aí um dia um cara disse assim: "Tu quer vender essa tua propriedade toda eu compro!!" Vendo! Vendo! Mas eu já tava sabendo de tudo o que ia acontecer, né? Porque o caminhão dele que cruzava pra Lagoa do Peixe ele ia pela

praia ele ia pegar o interior por causa da estrada que já tava aí. O governo tava encampando a Lagoa do Peixe. Eu já sabia de tudo, porque eles já me avisaram. "Tu tá interessado em comprar tudo que é meu? - Tô! - Eu tiro a mulher e os filhos de dentro de casa e te vendo ela montatinha assim: motor, cama, tudo, tudo direitinho". Isso foi em (19)79. Aí deu! Peguei a mulher de dentro de casa e vim embora pra Mostardas. Lá eu vendi, mas as terras eu não queria vender. Eu só vendi porque tinha em cima (o IBAMA). Mas era assim: se o cara botava uma casa ficava de dono daquela posse ali. (Entrevistado 3, 2012)

Nota-se que entre a fase de criação do PNLP e sua implantação, levaram-se alguns anos. Com a chegada do IBAMA no atual território da Lagoa do Peixe, a Barra da Lagoa do Peixe e outros balneários começaram a ser desocupados. O impacto causado na comunidade pesqueira tradicional é complexo e de difícil delineamento. Pois, antes da criação do parque nacional, a vida da comunidade pesqueira tradicional era/ainda é baseada na subsistência e precária. Com a vinda de pescadores de outras localidades, a pesca em larga escala e com avanços tecnológicos, a vida do pescador tradicional foi afetada diretamente. A criação do PNLP garantiu aos pescadores tradicionais da região o regramento e o afastamento da pesca em larga escala e das pessoas de fora. Ao mesmo tempo, vendo-os como invasores da natureza, acabou por dificultar a continuidade da sua atividade tradicional, limitando o acesso ao recurso.

A criação ou transição de boa parte do território de Tavares e Mostardas para Parque Nacional foi percebida pelos pescadores entrevistados de diversas formas. Alguns perceberam a criação logo que começaram a delimitar o parque, outros quando se implantou e criou o *Cadastro de Pescadores*, vigente até os dias atuais. O cadastro de pescadores para a Lagoa do Peixe foi criado, segundo os pescadores, por volta de 1993, havendo um recadastramento anual desde então. No recadastramento é permitido somente a exclusão de pescadores antigos, não podendo incluir seus filhos ou suas mulheres para pescar com a licença no parque.

É uma carteira. Deram uma carteira com licença de entrar no parque. Quem não tinha aquela carteirinha, não tinha licença de entra lá, não entrava. A carteira ia ali no IBAMA e fazia, ai eles inventaram aquela carteirinha que o povo tinha que fazer para pescar lá dentro. Quem queria se inscrever ia. Mas, no começo eles já pegaram a relação de quem pescava lá dentro. Porque tinha muita gente, mas a maioria não pescava. Aqueles que pescavam eram ajudantes, igual meus filhos, os meus filhos não pescavam, mas pescavam junto comigo. Ai

na hora de fazer o cadastro, de fazer a carteirinha, eles fizeram a minha, mas dos meus filhos não, pediam o nome tudo e ficava tudo ali. (Entrevistado 1, 2012)

Para a criação do parque, sentida por alguns pescadores com a criação do cadastro, foi feita uma relação de quantos pescadores existiam e pescavam na Lagoa do Peixe, bem como a sua família. Foram realizadas reuniões e visitas às comunidades pesqueiras para a criação do cadastro. Em geral, os pescadores enxergam o cadastro como um controle, onde os pescadores de fora não voltarão, mas onde os filhos ou mulheres ficam restritos da pesca. A comunidade não estava preparada para a criação do parque, não estando até os dias atuais, sendo uma briga constante entre o órgão responsável pelo parque e os pescadores tradicionais, principalmente.

A percepção, pelos pescadores, do objetivo da criação do PNLP – acabar com os usos em seu território – foi e ainda é entendida aos poucos, resultado de um processo a partir das próprias experiências deles na relação com o órgão gestor do parque. Isso fica explícito a partir da fala dos próprios pescadores, onde fica claro uma desunião e uma desinformação sobre os impactos da criação.

É mais ou menos por ai, todos trabalham e só que eu acho errado nos nossos dois municípios, é que quando o IBAMA chegou ai e veio conversar com aquele pessoal e tinha que fazer o cadastro, porque tinha que ter licença para pescar dentro do parque, eles foram meio rígidos quando chegaram no começo, né? No começo eles chegaram e foram conversando e disseram que iam ver as pessoas que trabalhavam dentro do parque, vamos ver se cadastramos essas pessoas para ver se conseguiam fazer com que as pessoas pudessem seguir trabalhando. E os que não são acostumados a trabalhar aqui dentro, que não vivem aqui dentro, a meta deles mais era a Lagoa do Peixe. E esse povo que não trabalhava na Lagoa do Peixe, que não pesca, não ia trabalhar aqui dentro. Só que tem as pessoas que na hora de opinar elas não dizem nada, diziam: “Pesca eu, o fulano e o ciclano”. E os outros deixava de fora, não falava nada. E iam faziam aquela reunião, as pessoas que mais trabalhavam dentro da lagoa iam à reunião, depois até a maioria dos outros pessoal que eram pescadores iam, mas chegavam lá e aqueles pescador não dava apoio. Claro, o interesse do IBAMA, o interesse era tirar todo mundo de dentro da Lagoa. Então, o IBAMA também já começava a contrariar dizia que não era pescador da Lagoa, não era pra ir à reunião, até que chegou um ponto que tiraram mesmo. Pescador que não era pescador lá de dentro não podia ir na reunião. E aí foram eliminando, eliminando e eliminaram a maioria. O que hoje a maioria dos pescadores não pode trabalhar lá dentro. Não pode, porque não são cadastrados. Não tem cadastro. (Entrevistado 1, 2012)

Podemos dizer que a criação do cadastro de pescadores foi um marco de implementação, para a comunidade tradicional em questão, do PARNA da Lagoa do Peixe. A partir disso, a necessidade de organização e de representações políticas foi uma crescente.

Na hora das brigas lá com o IBAMA, no começo ainda ficamos meio só, aí depois a política entrou junto, pedíamos um apoio do prefeito, dos vereadores e aí os políticos começaram a entrar junto e já mudou um pouco, se não é a política mesmo não sei não. Né Jordano? Tu que trabalha lá dentro, se não é a política, o pescador tava ralado. Eu até agora não critiquei o IBAMA, tudo que eu disse aqui eu digo pra ele, digo pro chefe do IBAMA como já falei, chegava lá sentava e conversava com ele e ele me dizia o que achava errado e o porquê. (Entrevistado 1, 2012)

Os representantes políticos, nesse caso, não eram pescadores, mas vereadores, prefeitos, representantes da EMATER, dentre outros. Desde a criação do Fórum de Pesca, com o objetivo de discutir as necessidades e problemas relacionados à atividade pesqueira na Lagoa do Peixe, a representação foi feita por agentes exteriores à pesca. No caso, o presidente do Fórum é, há dez anos, um político da região. Isso foi uma necessidade imposta pelo próprio parque, por não abrir o diálogo para com os pescadores, bem como uma necessidade dos próprios pescadores por não conseguirem dialogar com o parque.

Por visualizar a comunidade pesqueira tradicional como invasores do PNL, o órgão gestor da unidade criou políticas para restringir ao máximo os usos existentes. A criação do cadastro de pescadores foi uma forma de restringir o acesso dos pescadores; fechar o diálogo para com essas comunidades foi uma consequência da concepção sobre unidades de conservação. Os pescadores enxergam como positivo a criação do parque como forma de frear a pesca predatória em larga escala que estava se desenvolvendo rapidamente na região.

E aquilo, antigamente, juntava muita gente, muito pescador, porque vinha pescador de tudo que era lado, né? De Santa Catarina, vinha a maior parte era de lá! E aquilo ali era uma coisa sem dono.. e ninguém era dono e quem chegava ali era dono. E as coisas foram melhorar muito depois que o governo encampou aquilo lá.. que veio o IBAMA e proibindo aquela brigalhada, aquela cada um queria ser dono "e aqui tu não bota rede, porque eu boto". Hoje em dia não, hoje em dia entra lá só quem tem autorização pra entrar, ah é! E tanto que pra ter um carro lá dentro, o carro tem que ser registrado no IBAMA.

[...] Porque melhorou porque botaram respeito, isso botaram.  
(Entrevistado 3, 2012)

Mas, ao mesmo tempo, há a percepção que as dificuldades e que a “brigalhada” continua, mas mudam os atores. As problemáticas da abertura da Barra da Lagoa, da liberação da pesca, da moradia no território do parque, das indenizações das terras, ainda são atuais. Anterior a criação do PNLP não havia regramento mais rígido ou fiscalização que garantissem a continuidade do pescador tradicional artesanal, por isso a ênfase que todos os pescadores que foram abordados por esse trabalho dão ao aspecto de melhoria em relação ao regramento da atividade e à continuidade, mesmo de forma restrita da pesca.

Nós estamos falando de bem, porque se não tivesse o IBAMA aqui, não tinha mais nada. Uns anos atrás já era formado o parque e já tinha o IBAMA aqui e a até inclusive com mais estrutura que agora. Teve, assim, um caminhão e duas carretas de pessoal de Santa Catarina de pescador, carregadinho, invadiram aquele banhado ali, que nós não tivemos lugar pra botar nossas redes. Eles taparam tudo. Foi [19]94 por aí, 93, 95. Eles pescaram uma semana ali, o IBAMA buscou reforços, tirou todo mundo, numa boa. Não judio com ninguém. Não é aquele negócio de invadir e dá pau. Chegou lá numa boa, tirou, "você não podem pescar aqui, isso é um parque", esse negócio todo. Carregaram eles, mandaram embora e pronto. Solucionado o problema. Se não tem o IBAMA, quem é que ia tira? Ninguém! Hoje, hoje eles tomariam conta. Tava de ponta a ponta de gente, pescando de tudo quanto é lugar. (Entrevistado 4, 2012)

Fato importante a ser destacado é a visão do “IBAMA” como órgão repressor. Isso se destaca pela própria natureza da relação entre o órgão gestor e os pescadores da Lagoa do Peixe. Essa relação conflituosa já teve muitos picos de violência. Alguns relatam as violências e as repressões sofridas com a falta de diálogo na abertura da safra, na abertura da barra da lagoa, fazendo com que a pesca ficasse prejudicada e o pescado morresse antes de ser capturado. Por consequência disso, a manifestação dos pescadores foi reagir com a depredação de viaturas do IBAMA, impedimento dos fiscais de chegar ao local de pesca, ameaças, dentre outros. O IBAMA, por sua vez, respondeu trazendo reforços como a Patrulha Ambiental, maior fiscalização, multa e, maior policiamento.

Ressaltando as problemáticas da criação podemos citar: o cadastro de pescadores de forma restritiva; a impossibilidade da continuação da tradição familiar da pesca artesanal por proibição dos filhos e das mulheres de

pescadores de exercer a atividade; dificuldade de acordo na época da abertura da Barra da Lagoa do Peixe; dificuldade de acordo da época da abertura da safra; indenização das terras do PNLP; moradia no parque; dificuldade de acesso aos locais de pesca e falta de manutenção das estradas; fiscalização; diferenciação dos lacres entre pescadores da praia e da cidade; continuidade da floresta de pinus; falta de diálogo entre órgão gestor do Parque e pescadores tradicionais. O parque ainda não foi implantado, conforme seus objetivos, até os dias atuais, visto que a problemática de seus usos ainda não foi resolvida.

Avaliando-se o período em que mais foram criadas unidades de conservação no Brasil (1970-1986), em pleno regime militar e autoritário, a criação dessas unidades era feita de cima para baixo, sem consultar as regiões envolvidas, ou as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhes eram impostas quanto ao uso dos recursos naturais. (DIEGUES, 1996: 118)

Sendo assim, os problemas enfrentados diariamente por essas comunidades tradicionais são intrínsecos ao modelo de unidade de conservação que, desde sua criação, entende essas comunidades como invasoras e destruidoras da natureza. E, no Brasil, por os parque serem criados em pleno regime civil-militar – de cunho autoritário –, dificilmente seriam de forma participativa com a comunidade local, reconhecendo suas necessidades ou introduzindo a comunidade no manejo da unidade. Se em um contexto nacional visualiza-se um caráter autoritário na criação dessas unidades de conservação, em um contexto regional/local não seria muito diferente. Mesmo estando presente, nas falas dos pescadores, que o processo de criação do PNLP houve reuniões para realização do acordo de pesca, também, nota-se que esse processo foi marcado por lutas – dos dois lados – pelo território e uso (ou não) da unidade. Essas reuniões não caracterizam um processo participativo, pois seu intuito era a realização da comunicação para comunidade como um todo da criação do parque e o que isso acarretava. Outro intuito era capacitar essas comunidades para o turismo ecológico com trabalhos de educação ambiental – parceria entre o PNLP e ONGs (Plano de Manejo, 1999) investimento das universidades criando polos de ensino na região com curso de turismo. Portanto, desde sua criação o intuito foi destruir

com “vestígios” da atividade humana no local, conseqüentemente seus usos atuais ou por populações tradicionais.

Eu a única coisa que tenho contra é que eu quero ter direito de trabalhar dentro do parque e que meus colegas tenham direito de trabalhar dentro do parque também, acho que isso as autoridades tem que rever, só eu moro aqui a mais de quarenta anos, o IBAMA mesmo dizia: “Vocês são invasores” quem invadiu foram eles que estão aqui a 20 e poucos anos, nós estamos aqui a 40 anos, essas pessoas do IBAMA que são inteligentes estudadas, não podiam nos chamar de invasores, eles que são invasores, tinham que procurar conversar e fazer as coisas melhores para nós, que colocassem nós que trabalhávamos aqui dentro, trabalhar de novo, colocar um cargo a mais para fiscalizar, acho que até o povo podia fiscalizar, pois acredito que o povo tenha esse direito, agora não vetar nós de trabalhar dentro do parque. Tem pessoas que moram aqui e foram multadas por trabalhar dentro do parque, deixa de comprar leite para os filhos porque tem que pagar multas, agora fizeram uma lei que temos que cadastrar caícos, ai chegamos no Ministério da Pesca, não fizeram porque deviam para receita federal, se não pagar a multa para o IBAMA não pode ter caíco, tinha que ter negociação. Acho que a fiscalização tem que ser trabalhada com os pescadores. Tem que conhecer as pessoas, pois se vem um fiscal, ele vai saber como agir, tem que ter conhecimento, pois muitas vezes ele pode achar que esta beneficiando o pescador e pode estar prejudicando. (Entrevistado 1, 2012)

Os próprios pescadores entrevistados entendem que sua atividade é necessária para a continuação da existência da Lagoa do Peixe. Se não abrissem a barra, a lagoa secaria. Se secasse a lagoa ou ela deixasse de existir, o parque poderia acabar, pois as aves poderiam não mais passar pela região por falta de alimentos, etc. Sendo assim, a comunidade tradicional, vivendo para sua subsistência, tem outra relação com a natureza e deve ser capacitada para conviver em uma área de conservação ambiental. Essa comunidade também faz parte da “conservação”, pois se o território estava daquele jeito foi conservado por alguém.

Essa combinação de práticas e usos dos recursos naturais é, de um lado, uma forma de utilização de vários ecossistemas, segundo suas características e de acordo com os “ciclos naturais”, visando reduzir os riscos da dependência de um recurso natural que poderia se esgotar, ameaçando a sobrevivência do grupo. De outro lado, essa combinação de atividades e usos está embasada num conjunto de conhecimentos e práticas que Levi-Strauss (1989) denomina de “ciência do concreto”. (DIEGUES, 1994)

### **CAPÍTULO 3 – Uma proposta de mitigação participativa do conflito**

*“A rede do meu destino  
Parece a de um pescador  
Quando retorna vazia  
Vem carregada de dor  
Vivo num redemoinho  
Deus bem sabe o que ele faz  
A onda que me carrega  
Ela mesma é quem me traz”  
**Paulinho da Viola***

Com base no que argumentamos nos capítulos anteriores, ao rever o primeiro questionamento base para se pensar essa pesquisa “É possível a convivência entre a pesca artesanal/tradicional e a existência do parque nesse modelo de conservação?”, cai-se na ideia de um modelo de conservação que não permite uso no seu entorno. Isso porque entende o homem como um ser necessariamente destruidor da natureza.

Como constatado, a comunidade pesqueira hoje considerada artesanal, que pesca no PNLP, é uma população tradicional. Mas, essa não se autoreconhece e, tão pouco, é reconhecida como tal. Apesar do dinamismo do próprio conceito de população tradicional, pode-se definir *conhecimento tradicional*, como:

[...] o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social” mas sim um *continuum* entre ambos. (DIEGUES, 1996: 179)

A própria ciência aplicada, utilizada para a conservação ambiental, advém de modelos não adaptados à nossa realidade social e ecológica do Terceiro Mundo. Resultando, assim, numa conservação insuficiente da nossa fauna e flora, com um grande número de “refugiados da conservação”, que abandonam o território tradicional por restrições sofridas (DIEGUES, 1996). As diferentes visões de populações tradicionais refletem na forma como elas desenvolvem os conceitos de manejo, biodiversidade e recursos naturais.

As áreas protegidas brasileiras, em particular as de uso indireto (parques nacionais, reservas biológicas, etc.), no entanto estão em crise. Muitas estão sendo invadidas e degradadas. Para os defensores do modelo norte-americano de parques sem habitantes, as razões de tal crise estão, em geral, ligadas à falta de dinheiro para a desapropriação, à falta de investimento público, de fiscalização, de informação ao público, etc... Para os que defendem outros modelos de conservação, essas dificuldades são inerentes ao modelo atual dominante das áreas protegidas uma vez que, tendo sido este criado no contexto ecológico e cultural norte-americano de meados do século passado, não se aplica ao contexto dos países tropicais do sul. Esse modelo operacional, porém, não foi importado sozinho, mas com ele vieram uma visão da relação entre sociedade e natureza e um conjunto de conceitos científicos que passaram a nortear a escolha da área, o tipo de unidade de conservação e o próprio manejo e gestão. (DIEGUES, ARRUDA, SILVA, FIGOLS & ANDRADE, 2000: 04)

Assim, uma saída importante seria pensar a Unidade de Conservação com o manejo compartilhado entre o órgão gestor, as diferentes esferas de governo envolvidas e as populações tradicionais afetadas<sup>10</sup>.

Ou seja, tendo como perspectiva a busca de mecanismos que visem o melhor ordenamento e manejo dos recursos para a continuidade da pesca e do parque, há de se pensar em questões importantes para uma possibilidade de mudança de paradigma na conservação ambiental, objeto deste Capítulo.

Esta temática, que tem sido desenvolvida por diversos autores, mas principalmente, por Diegues: a *etno-bio-diversidade* aliado à questão do papel da educação ambiental na gestão ambiental pública apresentada por Quintas (2006), nos oferece subsídios para debater meios destinados ao manejo dos recursos na perspectiva proposta, ou seja, considerando a pesca tradicional como parte da conservação.

### **Como seria uma proposta de mitigação participativa do conflito?**

O conceito da ciência moderna de biodiversidade é que ela se desenvolve exclusivamente pela natureza. Como é apresentada na Convenção sobre a Diversidade Biológica como “*a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas*” (Artigo 2 *apud* DIEGUES, ARRUDA, SILVA, FIGOLS & ANDRADE, 2000).

A biodiversidade é analisada pelas diversas disciplinas como exclusivamente natural e intocada, de forma sistemática. As populações tradicionais convivem com a biodiversidade, classificando e nomeando as espécies de acordo com suas próprias categorias (DIEGUES, 1996). Mas, a diferença está na questão dessas populações não verem necessariamente a

---

<sup>10</sup> Entende-se que o modelo de gestão compartilhada no Brasil não prosperou por diversos motivos que não foram estudados nessa dissertação por não serem objetos dessa pesquisa.

natureza como selvagem, visto que esta pode ser e é manipulada, domesticada (DIEGUES, 1996).

Então, a etnobiodiversidade seria a “a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira selvagem e intocada” (DIEGUES, 1996: 181).

Pode-se concluir que a *biodiversidade pertence ao domínio natural e do cultural*, mas é a cultura, enquanto conhecimento, que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, retirar espécies, colocar outras e frequentemente enriquecendo-a [...]. (DIEGUES, 1996: 181)

Sendo assim, existe uma necessidade na mudança de conceituação da questão da natureza como selvagem e intocada, principalmente no manejo realizado pelas populações tradicionais. A proibição do uso do território tradicional para a reprodução social dessas populações faz com que elas entrem na ilegalidade e na disputa/confronto/conflito direto com a Unidade de Conservação, como no caso do PNLP.

A mudança de perspectiva desse modelo de conservação excludente e proibitivo traz a tona que a conservação poderá ser melhor alcançada com a real integração e participação das populações tradicionais (DIEGUES, 1996). Pois, em grande parte elas foram as responsáveis pela conservação ambiental e, também, pela diversidade biológica que se transforma em UC.

Existem algumas dificuldades intrínsecas ao órgão público, visto que muitas vezes esses órgãos não se entendem ou se comunicam, ou mesmo, um sentimento de impotência, por parte dos funcionários, devido às dificuldades de cumprimento da legislação ambiental (QUINTAS, 2006). Existem problemas ambientais que exigem, como no caso do PNLP, o envolvimento de diversos órgãos públicos.

Dentro disso, Quintas explicita sua convicção de que o Poder Público e sociedade civil não se opõem e, sim, se complementam e salienta: “Como sabemos, a complexidade é inerente à questão ambiental. Portanto, o caminho é buscar práticas que contribuam para *processos de gestão ambiental participativos*.” (QUINTAS, 2006:09).

Para tanto, na busca pela participação efetiva de todos os atores envolvidos, se faz necessário o entendimento que esses atores não são

homogêneos, sendo uma *sociodiversidade*. O autor utiliza o conceito de *sociodiversidade* para caracterizar o meio social, onde se encontram diversos atores da sociedade civil e do Estado, que tem sua existência a partir de diversas motivações.

Um dos resultados dessa heterogeneidade desse meio social são os conflitos (sociais e políticos), que, no caso do PNLP, já foram explicitados e discutidos. Esses conflitos são inerentes à existência humana (QUINTAS, 2006), “assim como, relativamente rara é a plena resolução dos conflitos, isto é, a eliminação das causas, das tensões, dos contrastes que originam os conflitos (quase por definição, um conflito social não pode ser 'resolvido’)” (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 1992 *apud* QUINTAS, 2006: 26).

Então, para que seja realizada uma mitigação do conflito deve-se recorrer ao estabelecimento de regulamentação de conflitos, isto é, que essas regras sejam acordadas por todos os participantes. Esse é um ponto crucial: a concreta aceitação pelos atores sociais envolvidos no estabelecimento de regramentos para mitigação desses conflitos ambientais. Sendo que:

Diferente do problema ambiental, o conflito ambiental é aqui entendido como “*aquelas situações onde há confronto de interesses representados por diferentes atores sociais, em torno da utilização e/ou gestão do meio ambiente*” (Carvalho & Scotto, 1995). De saída, o conflito ambiental ocorre porque atores sociais reagem em defesa dos seus interesses, pela utilização e/ou gestão dos recursos ambientais. (QUINTAS, 2006: 66)

Assim entendendo, pelo já discutido, que é nesse contexto que está inserido o conflito no PNLP. Os pescadores tradicionais do PNLP estão, muitas vezes, agindo ilegalmente e em desacordo com os regramentos da UC. Além de toda essa problemática, nota-se, por fim, um conflito que diz respeito também a questão de sobreposição da legislação que protege e amplia a questão do direito de uso do território e da unidade de conservação que proíbe esse uso.

Portanto, ao retomar as discussões dos capítulos anteriores podemos afirmar que esse modelo é incompatível com a continuidade da atividade pesqueira tradicional do PNLP. Ou seja, **NÃO** seria possível a convivência entre pesca artesanal/tradicional e esse modelo de conservação da natureza.

Seria necessária a erradicação da pesca para a conservação da biodiversidade na Lagoa do Peixe? Pelo entendido como biodiversidade e etnobiodiversidade o que se nota é exatamente ao contrário: a pesca na Lagoa do Peixe deve permanecer, pois é essa atividade que sustenta esse ambiente da forma que ele é conhecido e preservado. O manejo da Barra da Lagoa, realizado há gerações por uma demanda dos pescadores e agropecuaristas da região, é particularmente importante para que a Lagoa do Peixe não deixe de ser um berçário de espécies. Pois, se muitas vezes, a barra não fosse aberta artificialmente a Lagoa do Peixe poderia ter secado. Além disso, sobressai a questão de que a relevância da própria diversidade cultural da pesca enquanto atividade tradicional tem um valor em si e não se restringe apenas ao manejo da barra.

Também, a criação do PARNA da Lagoa do Peixe se deu quase que conjuntamente com a ida de pescadores de fora (principalmente de Santa Catarina) para esse território, com barcos maiores e pesca em maior escala. Por mais demorada que tenha sido a implantação do parque (e ainda não tenha ocorrido de forma total, por causa dos usos na sua área), ela possibilitou que essa pesca de maior escala não permanecesse na região da Lagoa do Peixe, persistindo somente a artesanal/tradicional. Portanto, ao mesmo tempo que foi conservada a biodiversidade pelas populações tradicionais residentes no local há gerações, a criação do parque veio garantir essa conservação biodiversidade no momento em que foi ameaçada pela pesca em larga escala. Mas, o problema foi à homogeneização da pesca. De forma a não reconhecer o manejo sustentável intrínseco à pesca de pequena escala, no caso, tradicional, o que não ocorre com a pesca de larga escala.

Mas ainda resta o último questionamento que será discutido a partir daqui: Qual seria o melhor ordenamento e manejo dos recursos para a continuidade da pesca e do parque?

### **Possíveis saídas para os pescadores da Lagoa do Peixe**

O que se poderia considerar como o “melhor ordenamento” nesse contexto? Pode-se dizer que é aquele em que todos os envolvidos tivessem vez e voz, isto é, uma construção coletiva, democrática. Como já citado, tais conceitos são abordados na Gestão Ambiental protagonizada por Quintas (2006) encontrando-se também contemplado nos preceitos da gestão compartilhada embora haja algumas restrições quanto à execução de tais proposições (considera-se que o modelo de gestão compartilhada no Brasil não prosperou por diferentes motivos que não são objetos neste estudo).

Nota-se que o pensado até então, em termos teóricos, não se trata de novidade, isto é, no âmbito acadêmico contudo o que inova é a reflexão que gera a história de vida das populações e as possibilidades práticas que se propõe. Existem diversas conceituações e teorizações sobre esse assunto, mas que ainda estão em construção da sua prática, sendo repensadas a cada etapa. O que se tem claro é a questão de que são decisões políticas tanto a proibição da pesca tradicional, quanto da liberação da mesma. Ou seja, a efetividade e a prática dessas ações passam por lutas e conflitos na disputa pela garantia de seus direitos ou mesmo na discussão do que seria esse direito. Segundo Pereira,

[...] ao mesmo tempo em que estas populações são desestruturadas pelo Capital elas são uma possibilidade concreta de um movimento organizado que se contraponha a ele. O próprio sistema já percebeu essa ameaça tanto que estabelece mecanismos de defesa que mantenham neutralizadas tais massas populares. Tais estratégias são apontadas por Gramsci como os aparelhos ideológicos do Estado, além de serem coercitivos e repressivos os meios de comunicação de massa, as ideologias trabalhadas de forma subliminar e o próprio trabalho alienado que mantém a segurança de que as populações não se revoltarão contra o sistema. (PEREIRA, 2011: 94)

Como se viu anteriormente, com modelo de parque nacional importado para os países de Terceiro Mundo não é compatível a preservação ambiental conciliada com o saber tradicional, expulsando ou proibindo o acesso destas populações ao recurso e seu lugar de reprodução social. Portanto, visto que esse modelo não comporta usos no seu território, a partir daqui, buscar-se-á enumerar algumas possibilidades e/ou saídas para a população tradicional pesqueira do PNLP com vistas à sua permanência no local. Também, por se entender este trabalho como um produto/resultado de experiências e vivências

ocorridas no parque, buscar-se-á apontar o que seria a “saída ideal” tanto para o parque, quanto para a população tradicional pesqueira.

Dentro do já explicitado, qual seria o melhor ordenamento e manejo dos recursos para a continuidade da pesca e do parque? Podem-se ressaltar como possibilidades: 1. *A mudança de categoria no SNUC*; 2. *Adequação do Acordo de Pesca já existente*, ou; 3. *Adequação ao Termo de Compromisso de acordo com a IN 26/2012*.

A *mudança de categoria no SNUC* significa não ser mais categorizado como parque nacional e passar para uma *Reserva Extrativista*, ou mesmo uma reserva. Isso pode ser arriscado e de difícil realização, sendo que poderá vir a ser um processo longo. Ao mesmo tempo, não deve ser uma possibilidade completamente descartada, pois garantiria o acesso das populações tradicionais ao PNLP.

Outra possibilidade seria a *adequação do Acordo de Pesca*. Anualmente, o Acordo de Pesca é revisto pelo órgão gestor do parque, sendo discutido pelos pescadores no Fórum da Lagoa do Peixe ou por uma Comissão composta por pescadores e outros órgãos como a EMATER. Depois de revisto e discutido, as modificações realizadas no Acordo poderão ser aceitas ou não pelo órgão gestor do parque. Ou seja, no final, o Acordo de Pesca depende diretamente da gestão do PNLP. Se a gestão for mais flexível ou mais rígida influenciará diretamente na atividade da população tradicional, sendo que o acordo pode não tem período determinado, podendo ser desfeito ou prolongado. Ainda assim, garante, de alguma forma, por menor que seja, a pesca na Lagoa do Peixe.

Por último, mas não esgotando as possibilidades – só as pensadas até o momento – seria realizar *uma adequação ao Termo de Compromisso de acordo com a IN 26/2012*. Para isso não seria necessária uma recategorização da unidade de conservação, sendo um processo, talvez, mais rápido, mas não menos trabalhoso.

Em final de 2012, foi proposto um projeto, como uma continuação do já desenvolvido pelo ICMBio em parceria com a FURG, para adequação desta população de pescadores tradicionais com a IN 26/2012.

Legalmente, de acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, a definição de povos e comunidades tradicionais aceita seria: “Grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui forma própria de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. A mesma definição é explicitada na IN 26, de 4 de julho de 2012, lançada pelo ICMBio. Essa Instrução Normativa visa estabelecer diretrizes e regulamentação para elaboração, monitoramento e implementação de termos de compromisso entre o ICMBio e populações tradicionais residentes, com presença não admitida ou em desacordo com o instrumento de gestão nas unidades de conservação.

Sendo assim, é evidente a necessidade de adequar o Acordo de Pesca firmado entre o PNLP e comunidade pesqueira artesanal tradicional, desde o final da década de 1990, e ainda em vigor. Um projeto que vise essa adequação se faz necessário, para que seja garantido o direito ao uso do território de forma sustentável para a continuidade da reprodução social dos grupos dessas populações tradicionais existentes no local. Portanto, a partir de agora, buscar-se-ia a adequação do termo de compromisso firmado entre o PARNA da Lagoa do Peixe e comunidade pesqueira artesanal tradicional, por uma demanda dessa própria população, buscando, principalmente:

- a. A possibilidade de uma autorização familiar, pois, muitas vezes, apenas o "chefe da casa" está autorizado pelo ICMBio, mas mulher e os filhos também são pescadores(as) profissionais, que ficam inviabilizados pela falta da autorização, e isso causa uma desagregação social e cultural;
- b. Auxílio e diálogo com as famílias de pescadores visando uma melhora na qualidade de vida e da pesca dentro do PNLP;
- c. A introdução de novos métodos de captura e beneficiamento;
- d. Melhorias no acampamento dos pescadores com permissão familiar de estadia.

Ao mesmo tempo, há uma necessidade da gestão do PNLP de conhecer os reais impactos trazidos por essas demandas da comunidade. Portanto, será

necessária a realização de estudos visando à viabilidade ou não dessas demandas, um diagnóstico socioeconômico e um zoneamento territorial dos espaços de pesca.

Para que seja realizada, de forma real e eficiente, a adequação da população tradicional e do PNLP à IN 26/2012, pensa-se necessária atividades de capacitação tanto dos pescadores artesanais e seus familiares, quanto da equipe do ICMBio que atua no Parque da Lagoa do Peixe.

Então, a saída para que permaneça o ambiente conservado no PNLP é a readequação do parque e das famílias de pescadores tradicionais que já pescam no parque para um manejo da unidade.

Contudo, questiona-se: como operacionalizar este processo? Como migrar de um modelo de não-uso, repressor, para um modelo de construção cooperativa, com vistas a mitigar os conflitos entre gestão da UC e pescadores tradicionais e envolvendo atores que historicamente estão em conflito?

Propõe-se, assim, a realização de um processo que metodologicamente envolva a realização de oficinas participativas para este fim.

Essas oficinas seriam um mecanismo inicial de diálogo com vistas à divisão dos ônus e bônus da implementação do PNLP. Por isso é importante o empoderamento comunitário para poder o processo de garantia dos direitos - das duas partes - terem continuidade, sendo esse um processo mais equilibrado, conforme será exposto.

### **A proposição de oficinas participativas**

Neste momento apresenta-se uma proposta conceitual e prática que se considera compatível com um comprometimento ético e institucional para com as populações que se encontram em situação de vulnerabilidade em consequência dos modelos tanto de desenvolvimento econômico, quanto das soluções e políticas orgânicas com a ideologia dominante, no caso, o modelo de UC de Proteção Integral.

Pereira fundamenta de forma adequada o sentido de ideologia arraigado aos processos de degradação das comunidades e ao papel dos intelectuais nesta consolidação:

Existe uma ideologia orgânica com a classe dominante sustentada exatamente pelos intelectuais que representam seus interesses, isto é, desta classe. Esse campo de pensamento foi inaugurado por Gramsci, de considerar que a ideologia dominante é produzida pelos intelectuais orgânicos desta classe por meio da educação, da comunicação, da arte, etc. E que na maioria das vezes o mecanismo utilizado no sistema é o próprio Estado, pelo que o autor chamou de “aparelhos ideológicos do Estado”, onde a escola e a comunicação de massa cumprem papel fundante. “É, portanto, na ideologia e pela ideologia que uma classe pode exercer HEGEMONIA sobre outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas” (BOTTOMORE, 2001: 186). (PEREIRA, 2011: 94)

Sendo assim, as oficinas participativas seriam uma possível saída para os pescadores tradicionais do PNLP e para o próprio parque. O objetivo de aplicar a metodologia das oficinas se dá, principalmente, em constituir bases dialógicas e subsídios para o reconhecimento da comunidade de pescadores artesanais, cadastrados e autorizados a pescar no PNLP como População Tradicional, na perspectiva do que preceitua a IN ICMBio N.º 26/2012. Mais especificamente:

- Apresentar dos resultados dos trabalhos criados sobre a tradicionalidade dessa população às comunidades de pescadores artesanais e à comunidade em geral.
- Realizar um diagnóstico participativo da cadeia produtiva do pescado na lagoa do Peixe.
- Adequar o Acordo de Pesca fixado entre pescadores artesanais e o PNLP/ICMBio, atualmente em vigor, à Instrução Normativa nº 26/2012.
- Realizar estudos dos métodos de captura e desenvolvidos pelos pescadores, com vistas ao desenvolvimento de tecnologias de sociais para inovação na captura e beneficiamento.
- Revisar o zoneamento de pesca da lagoa do Peixe.
- Estabelecer as condições para emissão da “Autorização familiar” para pesca.

- Desenvolver subsídios para controle e monitoramento dos compradores de pescado na lagoa.

A partir desses entendimentos, buscar-se-á, de forma participativa, possíveis soluções para as questões levantadas. Para tanto seriam criadas comissões e/ou grupos de trabalho dos pescadores, visando a mobilização e a organização das oficinas. As oficinas funcionariam, em duas etapas:

1. MOBILIZAÇÃO: Visitas exploratórias que visam à criação de um grupo de trabalho formado por pescadores e/ou pescadoras artesanais que pescam na lagoa do Peixe. Esse grupo poderá ter a participação de técnicos e fiscais do ICMBio e também colaboradores da FURG, pensando na equipe de execução do trabalho.
2. REUNIÕES PREPARATÓRIAS: São pré-oficinas com o objetivo de delimitar o tema das oficinas, as abordagens, os dias e locais. Objetiva-se que as oficinas sejam planejadas pelos pescadores e pescadoras em conjunto com a equipe do projeto, ao mesmo tempo, que os mesmos sejam responsáveis, também, pela mobilização dos participantes.
3. OFICINAS: Realizadas nos dias e locais estipulados com a presença dos principais interessados (pescadores/pescadoras tradicionais e seus familiares) focando a organização e empoderamento desse grupo. Devem tratar dos problemas enfrentados e das possíveis soluções que a comunidade enxerga. As oficinas podem ser realizadas em diferentes locais, visando à garantia de acesso de todos os interessados. Neste caso, deve ser realizada em diferentes dias, mas com a mesma organização para facilitar o nivelamento de todos participantes. Por exemplo: dividir as datas da oficina por setor de pesca, assim, cada setor terá um dia diferente, mas com o mesmo conteúdo.
4. ENCONTRO: A proposta é a realização de um encontro que vise expor o que foi abordado nas oficinas, as problemáticas e possíveis soluções e discutir as saídas com os representantes do ICMBio, representantes das Prefeituras de Mostardas e Tavares e representantes de outros órgãos envolvidos.

Sendo assim, propõe-se como principal ferramenta a observação participante. Analisar aspectos cognitivos que se inserem nas ações de uma instância que objetiva compartilhar responsabilidades com o Estado no regramento e no uso dos recursos pesqueiros da região. Não é possível

[...] construir uma proposta sem uma profunda reflexão diante das condições econômicas que permeiam as relações sociais e culturais dos pescadores artesanais, tornando-os cada vez mais um produto da sociedade capitalista atual que tudo transforma em mercadoria, inclusive as espécies pescadas que hoje recebem a denominação de recursos pesqueiros. (PEREIRA, 2006)

Utilizar, então, uma dinâmica de trabalho que contemple os preceitos da educação dialógica e dialética de Paulo Freire: debate através de trabalhos de grupo; busca em plenário da hierarquização e sistematização das problemáticas apontadas; contribuição aos pescadores e às pescadoras para reflexão sobre os conflitos de uso do recurso pesqueiro, propondo, também, soluções; considerar e contemplar as visões de mundo, os saberes dos atores envolvidos e diretamente afetados pelo encaminhamento das decisões. Pereira (2010) aplica em seu trabalho a construção coletiva das oficinas com vista de tornar mais interessante para os participantes, além de fazer com que eles sintam-se parte do processo de idealização.

Objetiva-se, assim, sensibilizar a comunidade tradicional e o ICMBio para a resolução de problemas e do conflito, não em sua totalidade, pois pensa-se não existir resolução plena dos conflitos sociais. A ideia é que desse processo se construam algumas possíveis lideranças comunitárias que sejam capacitadas para atender as demandas do seu local, lutando pela sua comunidade.

### **Modelo de oficinas participativas**

Um modelo de oficina é que se tenha, no máximo, 30 participantes para que se consiga uma discussão com qualidade no grupo. Como no PNLN existe uma média de 170 pescadores e pescadoras cadastrados, será necessária a realização das oficinas por setor de pesca. Assim, a ideia é que ocorram por volta de duas oficinas por setor.

Como modelo de organização para um melhor andamento dos trabalhos, utilizamos o da autora Pereira (2006) em seu trabalho “Educação Ambiental com Pescadores artesanais: um convite à participação”:

1. Apresentação do grupo de trabalho e dos coordenadores da oficina (o coordenador não é fixo);
2. Aplicação da dinâmica de grupo para a apresentação dos participantes;
3. Divisão em grupos de trabalhos, para o apontamento de 3 problemas e suas possíveis soluções;
4. Apresentação dos grupos e discussão entre todos (as);
5. Como finalização dessa etapa, retomar o que foi trabalhado, juntando as reivindicações e possíveis soluções de todos os grupos;
6. Pedir permissão para gravar áudio e imagem das respostas de questões pertinentes para o projeto

No segundo momento, desenhar a cadeia produtiva do pescado com esses pescadores e pescadoras – qual o caminho que se faz desde o começar a pescar até o produto chegar ao consumidor final?

Portanto, através da observação participativa, poder-se-á investigar os processos de produção do sistema local e as subjetividades inerentes a tal sistema, seus símbolos e significados, que se buscou a compreensão de seus anseios e angústias. Como, também, constroem estratégias de organização das comunidades, como comportam e entendem a cadeia produtiva do pescado, como se articulam com o mercado capitalista no modo de produção local e a ação efetiva dos pescadores e pescadoras artesanais através da descrição do seu trabalho, seus conhecimentos do ambiente e seu sistema de aprendizagem e produção de significados. Dessa forma, estaremos intervindo na participação social e política das comunidades, porque a partir das oficinas ou de processos de visem a participação comunitária nas etapas de decisões, estaremos lidando com a capacidade de intervir nos processos decisórios que envolvem a vida cotidiana das comunidades afetadas por tais decisões (PEREIRA, 2006). Assim,

O problema da nossa relação com a natureza não está no trabalho como algo abstrato, mas no trabalho alienado que se define na

expropriação, na apropriação privada do que é socialmente produzido e nas relações de exploração inerentes a uma formação social específica: o capitalismo. Então, se essa condição foi criada num processo histórico na disputa de interesses políticos e econômicos impondo inclusive uma cultura dominante, essa esfera precisa ser enfrentada num processo de contra-hegemonia, e tal intervenção é construída politicamente, onde a educação emancipatória cumpre papel fundamental. (PEREIRA, LOUREIRO, MOLON, 2008: 386)

A mudança da lógica baseada no trabalho criativo do pescador é uma característica dessas oficinas participativas. Sendo essa intervenção proposta uma construção política, seriam necessárias algumas oficinas temáticas para apropriação e nivelamento das demandas, possíveis resoluções e conflitos por todos os participantes. Seria, então, necessária a realização de três conjuntos de oficinas temáticas:

- a. O primeiro conjunto seria para apresentar os resultados do levantamento histórico realizado no ano de 2012, consolidando o relatório técnico;
- b. O segundo conjunto de oficinas subsidiará a construção do diagnóstico socioeconômico, buscando desenhar a cadeia produtiva da pesca artesanal no PARNA Lagoa do Peixe e;
- c. O terceiro e último conjunto de Oficinas seria realizado com o objetivo de diagnosticar o entendimento dos pescadores a respeito das artes de pesca e dos procedimentos de beneficiamento e manuseio do pescado.

O ideal é que as oficinas ocorram em meio turno ou em turno inteiro, considerando o calendário e o local de pesca de cada grupo. Ou seja, para cada região<sup>11</sup> de pesca do PARNA seria realizada uma edição de cada conjunto de oficinas que se constituirá por uma sequência de duas oficinas por região, acompanhadas por 2 ou 3 reuniões técnicas, dependendo da demanda, conforme apresentado na Tabela 1:

**Tabela 1**

	Oficinas 1	Reuniões técnicas	Oficinas 2	Reuniões técnicas	Oficinas 3	Reuniões técnicas
Região	2	2	2	3	2	3

<sup>11</sup> O PNLP está dividido em 6 regiões de pesca demarcando os locais de pesca e as áreas de exclusão.

1						
Região 2	2	2	2	3	2	3
Região 3	2	2	2	3	2	3
Região 4	2	2	2	3	2	3
Região 5	2	2	2	3	2	3
Total de eventos	10	10	10	15	10	15

Como se pode notar, as oficinas serão permeadas pelas reuniões técnicas com os grupos de trabalho e ou as comissões comunitárias, que serão formados a partir da realização das oficinas, cabe salientar que este processo estaria em curso, já existindo o movimento dos pescadores para a interlocução com a administração do PNLP, sendo que a ideia proposta tem a intenção de dar organicidade aos procedimentos até então desenvolvidos. Os critérios para a formação dos Grupos/Comissões terão que atender a representatividade política e territorial dos pescadores e devem ser consolidados a partir dos resultados das oficinas, também é importante ressaltar que os conjuntos de oficinas não ocorrerão de forma linear em todas as regiões de pesca, os temas e as pautas serão fruto dos trabalhos das comissões. Fato este que se constitui premissa do processo participativo.

Então, qual o papel das comissões/Grupos de Trabalho?

Nos intervalos das oficinas as comissões e grupos de trabalhos cumprem duas funções importantes: a) manter a mobilização por meio da responsabilidade de manter a agenda de trabalho cooperando nas atividades de organização e planejamento das oficinas, e b) subsidiar por meio da análise dos conteúdos discutidos e dar consequência aos encaminhamentos decididos nas oficinas.

Para finalização do projeto com a comunidade, será organizado um encontro com intuito de reunir todos os pescadores artesanais. Este encontro visa à celebração dos resultados obtidos nas oficinas e nivelamento das problemáticas e possíveis soluções apontadas. Esse encontro será realizado durante dois dias, com café da manhã e almoço comunitário. A finalidade do evento será, além de reunir as demandas discutidas durante as oficinas, a

elaboração de um documento que consolide todos os resultados, expressando a opinião dos pesquisadores, pescadores e gestores do PARNA. Abaixo, um roteiro preliminar da estrutura e organização do encontro (Tabela 2).

**Tabela 2**

	Dia 1 – Cadeia Produtiva	Dia 2 – Artes de pesca
Manhã	Café da manhã comunitário Abertura do evento Dinâmica de apresentação das percepções dos pescadores Apresentação dos resultados por parte dos pesquisadores Apresentação institucional do ICMBio Almoço comunitário	Café da manhã comunitário Abertura do evento Dinâmica de apresentação das percepções dos pescadores Apresentação dos resultados por parte dos pesquisadores Apresentação institucional do ICMBio Almoço comunitário
Tarde	Organização dos trabalhos e divisão dos grupos de pescadores Trabalho em grupo Café da tarde comunitário Apresentação dos resultados pelos pescadores Debate com os grupos	Organização dos trabalhos e divisão dos grupos de pescadores Trabalho em grupo Café da tarde comunitário Apresentação dos resultados pelos pescadores Debate com os grupos

Para realização dessas atividades uma equipe externa seria responsável pela organização e desenvolvimento e execução das oficinas, além de acompanhar o processo de mobilização e trabalho das comissões / grupos de trabalhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar com o exposto ao longo do trabalho que a tradicionalidade dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe está, de certa forma, após a negligência sofrida, sendo retomada. Este trabalho é fruto dessa busca pela historicidade desse grupo, entendendo que a História é realizada por sujeitos. Portanto, este trabalho buscou salientar e articular a visão de que esses sujeitos históricos – pescadores e pescadoras tradicionais do PNLP – estão intrinsecamente conectados com o “ambiente natural” para a realização da sua reprodução social.

Nota-se que o PNLP é reconhecido pelos próprios pescadores, de acordo com os entrevistados, como um espaço de preservação da biodiversidade que é muito importante, principalmente por regulamentar a pesca artesanal – que antes da criação do parque não era regulamentada e “qualquer um poderia pescar e pescavam, ainda mais os de Santa Catarina” (**Entrevistado 1, 2012**). Mas, Ao mesmo tempo, que houve um benefício pra comunidade, muitos conflitos territoriais e de uso existiram na implementação do PNLP, muitos desses conflitos ainda existem, sendo resquícios dessa implementação que, segundo os depoentes, foi feita de forma não participativa.

Para mitigar o conflito ambiental existente entre os pescadores tradicionais e o órgão gestor do PARNA da Lagoa do Peixe, será necessária uma ação participativa, visando um comanejo dessa unidade de conservação. Essa participação para ser real e efetiva, deve ser buscada nas bases da educação dialógica e dialética de Paulo Freire, na análise da gestão pública de Quintas e nas oficinas participativas de Pereira.

O exercício de contar a história, feito pelos pescadores tradicionais mais antigos, inicia um processo de empoderamento, pertencimento e identificação com o local e com a situação gerada com a criação de um parque nacional. Então, a proposta de mitigação desse conflito não poderia deixar de ser pensada com os sujeitos desse processo, visando uma contribuição que contemple a preservação desse ambiente que inclui a lógica de manejo tradicional. Mas, como esse saber tradicional também foi adaptado, por cair algumas vezes na ilegalidade, busca-se a construção de um diálogo entre as

partes envolvidas que possa incluir o desenvolvimento da comunidade tradicional e do PNLP.

O inédito neste trabalho está na proposta de prática social reflexiva, isto é, se baseia em estabelecer uma série de ações em conjunto com os sujeitos da ação educativa, no caso a população de pescadores existentes no PNLP. A ação principal é o registro da história deles a partir deles mesmos e a seguir uma proposta concreta de construção de conceitos dentro da perspectiva freireana visando à educação para a autonomia e luta por direitos.

No âmbito acadêmico, como já mencionado anteriormente foram produzidos conhecimentos suficiente para subsidiar a tomada de decisão em relação aos conflitos existentes, o problema é que por se tratar de uma questão política a decisão é permeada de ideologia. Atualmente, ainda existem muitos cientistas e intelectuais que não compartilham de uma visão de classes sociais e isto em relação à pesca é um problema. Neste sentido, falou-se anteriormente de “homogeneização” da pesca na visão de alguns tomadores de decisão. Quer-se dizer com isso que a visão de tais atores está focada na preservação das espécies biológicas e do ambiente natural não se detendo nos processos sociais e históricos das populações tradicionais e nem em suas consequentes diferenças.

Como exposto no desenvolvimento do trabalho a não diferenciação da pesca em pequena escala e da pesca em larga escala é um grande equívoco do ponto de vista da justiça social e de um possível manejo sustentável. Os métodos tradicionais de manejo, sejam na pesca, nas florestas (seringueiros, por exemplo) ou outro sistema natural, comprovadamente são sustentáveis e as ameaças às espécies estão mais ligadas ao modo de desenvolvimento adotado (capitalista) do que à intervenção de populações que historicamente sobrevivem dos recursos naturais com pouco poder de extração desenvolvendo métodos e técnicas próprias as quais dão chance para a natureza se recompor e as espécies se manterem em reprodução. No caso do uso dos recursos ambientais em larga escala é que a gestão ambiental pública pode e deve intervir de forma positiva no planejamento, regulação e controle e, como citado, a participação da sociedade junto com os órgãos governamentais responsáveis é crucial para o sucesso dessa gestão.

O que se tem claro é a questão de que são decisões políticas tanto a proibição da pesca tradicional, quanto da liberação da mesma. Ou seja, a efetividade e a prática dessas ações passam por lutas e conflitos na disputa pela garantia de seus direitos ou mesmo na discussão do que seria esse direito. Sendo assim, a busca pela adequação do Acordo de Pesca à IN nº 26/2012, com a metodologia das oficinas participativas, ainda se torna uma das melhores possibilidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOMILLI, G. K. *Tempo e Espaço: considerações sobre o modo de vida dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS em um contexto de conflito ambiental*. UFRGS, Iluminuras, vol 7, nº 15, Porto Alegre, 2006.

Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9249>

ADOMILLI, G. K. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe*. Dissertação de Mestrado PPGAS - UFRGS, Porto Alegre, 2002.

ALBERTI, Verena. *Fontes Orais. Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p.155-202.

ALMUDI, T. *Opportunities and problems for participatory management in the Peixe Lagoon National Park, southern Brazil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Manitoba, Winnipeg, MB, Canada, 2008.

ALMUDI, T., KALIKOSKI, D. C. *Homem e natureza em um parque nacional do Sul do Brasil: meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, n. 20, p. 47-57, jul./dez, 2009.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. Editora Hucitec, NUPAUB, São Paulo, 1996.

FERNANDES, F. C. *Projeto para a conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros – PROECOS projeto PNUD BRA/00/009*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Brasil, Porto Alegre, 2009.

LIMA, A. de. *Produto 3 – Relatório Final com descrição das atividades realizadas com grupos sociais trabalhados no Parque Nacional da Lagoa do*

*Peixe e conclusão dos resultados obtidos nos produtos 1 e 2.* ICMBio, DIREP, PROECOS, Mostardas, 2009.

PEREIRA, M. O. R. *Educação Ambiental com Pescadores Artesanais: um convite à participação.* Dissertação de Mestrado PPGEA – FURG, Rio Grande, 2006.

PEREIRA, M. O. R. *Ouvindo e reconstruindo a história com os Pescadores Artesanais do Baixo Sul do estado da Bahia.* CIPAR BAIXO SUL, 2010.

PEREIRA, M. O. R., MOLON, S. I., LOUREIRO, C. F. B. *O sentido estético e o trabalho criativo como elementos estruturantes de uma proposta de educação ambiental com pescadores artesanais.* Rev. Eletr. Mestr. Educ. Ambient., vol 21, julho a dezembro, 2008. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3075>

QUINTAS, J. S. *Introdução à Gestão Pública.* II Edição. MMA/IBAMA, Brasília – DF, 2006.

SANTOS, D. J., ZACCA, R. P. *O camarão-rosa, a pesca na Lagoa do Peixe e o turismo como alternativa.* Mostardas – RS, s/a. Disponível em: <http://www.mostardas.tur.br/portal/html/uploads/turismo/artigos/remi-zezinho.pdf>

SILVA, M. H., SILVA, K. V. *Dicionário de conceitos históricos.* Contexto, São Paulo, 2010.

SILVA, L. G. *Os pescadores na História do Brasil – vol1 Colônia e Império.* Vozes, Recife/PE, 1988.

SIQUEIRA CAMPOS, C. *3º Relatório - Projeto BRA/00/009 – Edital 002/2008.* ICMBio, DIREP, PROECOS, Mostardas, 2009.

## ANEXOS

## Anexo 1 – Tabela de Atividades Março

MARÇO		Descrição da Atividade	Conversa Informal
TABELA DE ATIVIDADES	Atividades de campo	Reunião com Coordenador do Projeto em Mostardas	Conversa com pescadores no acampamento
		Reunião de apresentação do projeto no Fórum da Lagoa do Peixe	Conversa com Presidente da Colônia dos Pescadores Z11
		Reconhecimento de possíveis depoente	Conversa com Presidente do Fórum da Lagoa do Peixe
		Reconhecimento dos Municípios de Tavares e Mostardas	Conversa com Chefe do PNLP
		Reconhecimento do local de pesca (acampamento) e da Lagoa do Peixe	Conversa e definição do Jordano (fiscal ICMBio) como membro da equipe
	Atividades acadêmicas	Pesquisa bibliográfica sobre pescadores artesanais na Lagoa do Peixe	
		Definições de estratégias de abordagem e elaboração do roteiro	
		Agendamento das entrevistas para Abril e logística para viagem	
	Pesquisa documental	Busca e acesso ao Plano de Manejo do PNLP de 1999	
		Busca sobre documentos da criação do Parque	

## Anexo 2 – Tabela de Atividades Abril

ABRIL		Descrição da Atividade	Conversa Informal
TABELA DE ATIVIDADES	Atividades de campo	Teste modelo de roteiro; Entrevista com um historiador autodidata, com um Analista Ambiental do ICMBio e com o Presidente da Colônia Z11	Conversa com Presidente da Colônia dos Pescadores Z11;
		Ida ao local de pesca (acampamento) e na Lagoa do Peixe, PNL P e arredores (praia)	Conversa com pescadores na Lagoa do Peixe
		Reunião da equipe; Acerto da próxima saída de campo	Conversa com Chefe do PNL P
		Mapeamento de possíveis depoentes	
	Atividades acadêmicas	Pesquisa sobre pescadores artesanais na Lagoa do Peixe	
		Definições de estratégias de abordagem	
	Pesquisa documental	Busca em jornais sobre os pescadores da Lagoa do Peixe em Mostardas e Tavares	

### Anexo 3 – Tabela de Atividades Maio

MAIO		Descrição da Atividade	Conversa Informal
TABELA DE ATIVIDADES	Atividades acadêmicas	Agendamento das entrevistas Junho; Adaptação e correção do roteiro de entrevista	Conversa com pesquisadores na FURG
		Revisão bibliográfica e documental	
		Reunião da equipe; Acerto da próxima saída de campo	
		Definições de estratégias de abordagem	

#### Anexo 4 – Tabela de Atividades Junho

JUNHO		Descrição da Atividade	Conversa Informal
TABELA DE ATIVIDADES	Atividades de campo	Reunião de nivelamento equipe ICMBIO	Conversa com pescadores artesanais na Lagoa do Peixe (acampamento)
		Registro fotográfico do ambiente pesqueiro	Conversa com fiscais do ICMBio e comunidade em geral
		Visita às vilas desabitadas no entorno do PNL	
		Entrevista com o Presidente do Fórum da Lagoa do Peixe	
	Atividades acadêmicas	Realização da revisão bibliográfica	
		Definições de estratégias de abordagem e correção do roteiro	
		Tratamento das entrevistas	
	Pesquisa documental	Doação de texto e materiais sobre os Pescadores da Lagoa do Peixe para biblioteca	

Anexo 5 – Tabela de Atividade Julho

JULHO		Descrição da Atividade
TABELA DE ATIVIDADES	Atividades Acadêmicas	Tratamento das imagens e das entrevistas
		Agendamento das entrevistas para agosto
		Reunião com Supervisora Acadêmica e apoiadores de campo
		Logística para viagem

### Anexo 6 – Tabela de Atividades Agosto

AGOSTO		Descrição da Atividade	Conversa Informal
TABELA DE ATIVIDADES	Atividades de campo	Reunião com Coordenador do Projeto em Mostardas	Conversa com Presidente da Colônia dos Pescadores Z11
		Acompanhamento da reunião da Comissão de Pescadores com a EMATER para discutir o acordo de pesca 2013	Conversa com Chefe do PNL
		Entrevistas com pescadores e membros da comunidade mais antigos	
		Visita à Barra da Lagoa	

## **Anexo 7 – Roteiro de entrevista: Representante dos pescadores no Fórum da Lagoa do Peixe:**

Conta um pouco da sua trajetória de vida? Como entrou na política? O que fazia antes?

Acompanhou de alguma forma a implantação do PARNA?

Qual a sua ligação com a pesca? Como chegou à representação dos pescadores diante do fórum? Como se dá a escolha de representantes?

Há quanto tempo é representante dos pescadores no fórum da Lagoa do Peixe?

Como entendes a estrutura da pesca na lagoa? Quais as políticas que a prefeitura vem implementando relativas à atividade pesqueira?

Quais foram as melhorias realizadas através dessas políticas?

Qual a relação dos pescadores com as diferentes gestões do parque?

Poderias me dar um relato sobre cada uma?

Qual o papel do representante frente ao fórum?

Como se dão as reivindicações?

Há um retorno das reuniões para os pescadores da lagoa?

Como se dá a abertura da barra?

## **Anexo 8 – Roteiro de Entrevista: Presidente da Colônia de Pescadores**

### **Z11**

Como é a vida de pescador? Há quanto tempo pesca?

Como é a pesca? Como é a relação com a natureza? E com as pessoas?

Quais as dificuldades?

Como é o funcionamento da colônia? Pra que ela serve?

Desde quando és presidente?

Porque quisestes ser presidente da Z11?

Quem são os pescadores mais envolvidos com a Z11?

Quantos são os associados? Quantos vivem somente da pesca?

Quantos tem outras atividades?

Todos os pescadores pescam na Lagoa do Peixe? Existem outros tipos de pesca? Onde?

De onde vem os pescadores? São naturais de qual cidade?

Como se dá a representação da colônia no fórum da lagoa do peixe?

O que seria o talão? Como funciona? Como se dá a relação das notas na venda?

Pra quem vocês vendem o que pescam?

O que seria mais urgente para resolução das dificuldades?

A pesca pode acabar, na tua opinião? Por quê?

Desde quando existe o pinus na Lagoa do Peixe?

Como era antes da plantação?

Se percebe alguma mudança no ambiente depois da plantação de pinus?

E se fosse tirar o pinus, o que achas que aconteceria?

Como se dá a abertura da barra?

## **Anexo 9 – Roteiro de Entrevista: Pescadores cadastrados no PNLP**

Como que é a pesca? Como é a sua vida na pesca? Como é a vida de pescador?

Desde quando pesca?

Onde o Senhor nasceu?

(se for natural de Mostardas ou Tavares – Seus pais eram naturais daqui também?/ Se for natural de outra cidade – de onde era? Quando veio? Porque veio?)

O que mais gosta na pesca? O que menos gosta da pesca?

O que falta pra pesca ficar melhor – de mais urgente?

O que se pesca na Lagoa do Peixe? Quais as épocas?

O que faz com o pescado? Pra quem vende? Nome e telefone

Como é a questão do talão? Tens como me explicar?

Como perceberam as mudanças relacionadas aos pinos?

Como era? Quando foi plantado? Como é hoje? E se tirá-lo, como fica?

Como veem o controle de abertura da barra?

Como perceberam a criação do parque?

Qual a perspectiva pros filhos?

Como era a pesca antes dos parque? - Desenvolver as questões

Como foi a questão do cadastro?

Como está a representação no fórum da Lagoa do Peixe? E na colônia?

És associado?

Como perceberam a mudança institucional do parque?

Como era em cada gestão?